

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
DEPARTAMENTO DE DIREITO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

HULISSES FERNANDES

**A UTILIZAÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL EM
LICITAÇÕES REALIZADAS POR ÓRGÃOS PÚBLICOS FEDERAIS SEDIADOS
EM FLORIANÓPOLIS-SC NO BIÊNIO 2015/2016.**

FLORIANÓPOLIS
2016

HULISSES FERNANDES

**A UTILIZAÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL EM
LICITAÇÕES REALIZADAS POR ÓRGÃOS PÚBLICOS FEDERAIS SEDIADOS
EM FLORIANÓPOLIS-SC NO BIÊNIO 2015/2016.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientador: Prof. Dr. José Sérgio da Silva Cristóvam

FLORIANÓPOLIS


2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

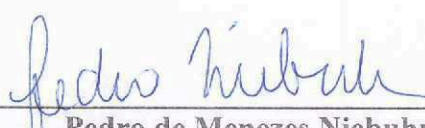
TERMO DE APROVAÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado “**A utilização de critérios de sustentabilidade ambiental em licitações realizadas por órgãos públicos federais sediados em Florianópolis-sc no biênio 2015/2016**”, elaborado pelo acadêmico “**Hulisses Fernandes**”, defendido em 22/11/2016 e aprovado pela Banca Examinadora composta pelos membros abaixo assinados, obteve aprovação com nota 9,50 (nove, cinco), cumprindo o requisito legal previsto no art. 10 da Resolução nº 09/2004/CES/CNE, regulamentado pela Universidade Federal de Santa Catarina, através da Resolução nº 01/CCGD/CCJ/2014.

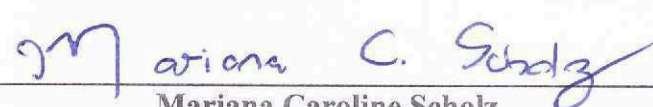
Florianópolis, 22 de novembro de 2016.



José Sergio da Silva Cristóvam
Professor Orientador



Pedro de Menezes Niebuhr
Membro de Banca



Mariana Caroline Scholz
Membro de Banca



**Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Ciências Jurídicas
COORDENADORIA DO CURSO DE DIREITO**

**TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO INEDITISMO DO TCC E
ORIENTAÇÃO IDEOLÓGICA**

Aluno: Hulisses Fernandes

RG: 3.310.310

CPF: 009.039.059-81

Matrícula: 11200058

Título do TCC: A utilização de critérios de sustentabilidade ambiental em licitações realizadas por órgãos públicos federais sediados em Florianópolis-sc no biênio 2015/2016

Orientador: José Sérgio da Silva Cristóvam

Eu, Hulisses Fernandes, acima qualificado; venho, pelo presente termo, assumir integral responsabilidade pela originalidade e conteúdo ideológico apresentado no TCC de minha autoria, acima referido.

Florianópolis, 22 de novembro de 2016.

Hulisses Fernandes

HULISSES FERNANDES

Dedico à minha família, em especial, minha esposa
Simoni, minha filha Lívia e meus pais Édio e Ivete.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela sua bondade infinita que se espalha pelo universo, pelas inúmeras oportunidades oferecidas em minha existência atual, e pela benevolência perante meus erros.

Aos meus pais que me ofereceram as melhores oportunidades possíveis durante minha infância e adolescência, além de me auxiliarem sempre que necessito. À minha amada esposa Simoni que me apóia em todas as decisões tomadas, sendo o pilar fundamental em minha vida, e que sempre me aconselhou a continuar com o curso de Direito, mesmo diante dos inúmeros obstáculos. À minha filhinha querida Lívia, que inunda nossa vida de alegria, e que suporta muitas ausências em razão do meu curso de Direito. Ao meu irmão Ricardo, que me aconselhou em alguns itens desse trabalho.

Ao Exército Brasileiro que foi uma verdadeira escola de vida, e que despertou minha aptidão para o Direito. Aos amigos que fiz naquela Instituição, que passaram 10 anos de nossa formatura na AMAN, continuam sendo verdadeiros irmãos. *"A farda não é uma veste que se despe com facilidade e até com indiferença, mas uma outra pele que adere a própria alma irreversivelmente para sempre".*

E aos cursos de Direito da Universidade do Extremo Sul Catarinense (Criciúma), onde iniciei minha graduação em 2007, e da Universidade Federal de Santa Catarina, que me proporcionaram esta oportunidade de formação jurídica com alto grau de qualidade.

A todos vocês, meus sinceros agradecimentos e admiração.

FERNANDES, Hulisses. **A utilização de critérios de sustentabilidade ambiental em licitações realizadas por órgãos públicos federais sediados em Florianópolis-sc no biênio 2015/2016**. 2016. 90f. Monografia (Graduação) – Curso de Direito, Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto de estudo verificar se e de que maneira órgãos públicos federais sediados em Florianópolis-SC utilizaram critérios de sustentabilidade ambiental nos seus editais de licitações no biênio 2015/2016. Para tanto, utiliza-se o procedimento de estudo de caso. O método de abordagem adotado é a análise de conteúdo e a técnica utilizada é a coleta e análise quantitativa e qualitativa dos editais de licitações. Como resultado do trabalho observa-se que as licitações públicas além de escolher a melhor proposta economicamente também têm a finalidade de promover o desenvolvimento nacional sustentável mediante a inserção de critérios ambientais. Nesse contexto o Estado tem o dever de promover o meio ambiente sustentável, conforme ordenamento jurídico vigente, além de fomentar práticas sustentáveis pelos licitantes. Na última parte deste trabalho, na análise quantitativa do estudo de caso, verifica-se que há uma porcentagem de 47,74% de inserção de critérios de sustentabilidade dos 50 (cinquenta) editais de licitação coletados, demonstrando ainda uma baixa adesão dos Órgãos Públicos às licitações sustentáveis. Já na análise qualitativa, verifica-se que a maioria dos critérios é inserida de maneira genérica nos editais, carecendo de uma individualização na descrição de cada item. Observa-se que ainda há um grande potencial a ser utilizado na prática das licitações sustentáveis.

Palavras-chave: Licitações sustentáveis. Sustentabilidade. Critérios ambientais. Meio Ambiente. Fomento do Estado.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 CARACTERÍSTICAS E FINALIDADES DAS LICITAÇÕES PÚBLICAS	12
2.1 CONCEITO E CARACTERÍSTICAS DAS LICITAÇÕES	12
2.2 PRINCÍPIOS DAS LICITAÇÕES	15
2.3 A NOVA FINALIDADE DA LICITAÇÃO	18
2.3.1 As finalidades originais das licitações	18
2.3.2 O tratamento diferenciado da Lei nº 123/2006	19
2.3.3 A finalidade sustentável das licitações	20
2.4 A REGULAMENTAÇÃO FEDERAL DA FINALIDADE SUSTENTÁVEL	24
2.4.1 A Lei nº 12.349/2010 e a Instrução Normativa nº 01/2010 da SLTI/MPOG	24
2.4.2 O Decreto federal nº 7.746/2012 e outros instrumentos infralegais	26
3 A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE PELO ESTADO	29
3.1 A POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE E A CF/1988	29
3.2 PRINCÍPIOS AMBIENTAIS APLICÁVEIS ÀS LICITAÇÕES	32
3.3 AS NOVAS LEIS DE MUDANÇA CLIMÁTICA E DE RESÍDUOS SÓLIDOS	36
3.3.1 A Lei nº 12.187/2009 que regula a política nacional da mudança climática	36
3.3.2 A Lei nº 12.305/2010 que regula a política nacional de resíduos sólidos	38
3.4 A POLÍTICA PÚBLICA DAS LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	40
3.4.1 A conferência do Rio de Janeiro de 1992 – ECO/92.....	40
3.4.2 As licitações sustentáveis como política pública	41
3.4.3 A delimitação do conceito de sustentabilidade e sua concretização.....	42
4 A FUNÇÃO FOMENTADORA DO ESTADO NAS LICITAÇÕES	44
4.1 O PAPEL DO ESTADO NAS COMPRAS	44
4.2 O ENGAJAMENTO DAS EMPRESAS	47
4.3 A IMPORTÂNCIA DA PRODUÇÃO LOCAL	49
4.4 O DESENVOLVIMENTO DE FORNECEDORES	52
5 ESTUDO DE CASO SOBRE LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	55
5.1 METODOLOGIA DA PESQUISA	55
5.2 VERIFICAÇÃO DA INCLUSÃO DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE NOS EDITAIS DE LICITAÇÕES COLETADOS.	57
5.2.1 Materiais de limpeza e higiene	57
5.2.1.1 Produtos concentrados	57

5.2.1.2 Sabão e detergentes com fósforo	58
5.2.1.3 Esponjas à base d'água ou vegetais	59
5.2.1.4 Papéis higiênicos, toalha e guardanapos.....	60
5.2.1.5 Produtos saneantes registrados na ANVISA	60
5.2.1.6 Produtos comercializados com refil	61
5.2.2 Serviço de limpeza e/ou coleta de resíduos.....	62
5.2.2.1 Preservação da camada de ozônio	62
5.2.2.2 Preservação dos recursos hídricos	63
5.2.2.3 Capacitação dos funcionários	64
5.2.2.4 Recolhimento de resíduos reciclados	64
5.2.2.5 Evitar desperdício de embalagens	65
5.2.3 Materiais de consumo diversos.....	66
5.2.3.1 Papel confeccionado com madeira de origem legal	66
5.2.3.2 Itens derivados do papel	67
5.2.3.3 Constituição atóxica dos materiais	67
5.2.3.4 Lápis feitos com material sustentável.....	68
5.2.3.5 Aquisição de pilhas e baterias	69
5.2.4 Gêneros de alimentação	69
5.2.4.1 Produtos orgânicos	70
5.2.4.2 Fornecedores locais	70
5.2.5 Materiais permanentes (energéticos, eletrônicos e eletrodomésticos)	71
5.2.5.1 Produtos com maior eficiência energética.....	71
5.2.5.2 Equipamentos de refrigeração	72
5.2.5.3 Eletrodomésticos com limite máximo de ruído	73
5.2.5.4 Substâncias nocivas ao meio ambiente.....	73
5.2.6 Materiais para manutenção predial (lâmpadas, luminárias e reatores)	74
5.2.6.1 Aquisição de lâmpadas eficientes.....	74
5.2.6.2 Recolhimento das lâmpadas inservíveis	75
5.3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DO FORMATO DE INCLUSÃO DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE DOS EDITAIS COLETADOS.....	76
5.3.1 Análise quantitativa dos critérios sustentáveis	76
5.3.2 Análise qualitativa dos critérios sustentáveis.....	77
6 CONCLUSÃO.....	80
REFERÊNCIAS	83

1 INTRODUÇÃO

Atualmente a proteção ao meio ambiente é um tema freqüente nas pautas de discussões mundiais. Uma das novidades nesses debates é a atuação do Estado nesse processo. Surge assim, em tal contexto, a utilização da função fomentadora estatal, incentivando a sustentabilidade ambiental, por intermédio das contratações públicas. Seguindo essa tendência, o Brasil recentemente normatizou e regulamentou tais práticas, particularmente com a lei n. 12.349/2010, que alterou o art. 3º, da Lei 8.666/1993, e com o Decreto n. 7.746/2012.

Estima-se que pelo menos 10% do Produto Interno Bruto brasileiro (PIB) pode ser imputado às contratações públicas, o que coloca importante missão estatal tanto no que diz respeito a ser um consumidor consciente quanto a incentivar a implementação de políticas de responsabilidade socioambiental no setor privado. Tal realidade permite afirmar que o impacto econômico causado pelas compras e contratações realizadas pelo governo e seu poder de indução do mercado constituem fatores chave para a implementação de licitações sustentáveis.

Antes a licitação era vista apenas como meio para a Administração Pública¹ atender à sua necessidade por um processo competitivo, que assegurasse tratamento isonômico e a contratação do melhor preço. Hoje a realidade é que o Estado também busca o desenvolvimento nacional sustentável, motivo pelo qual a inclusão de critérios de sustentabilidade nas contratações públicas já é admitida nos editais de licitação. Entretanto, apesar do avanço legislativo, a prática de inclusão de critérios sustentáveis não é uma unanimidade, havendo ainda editais que contemplam timidamente tais critérios, e outros que nem prevêm tais quesitos.

Nesse sentido, o presente trabalho examina o instituto da licitação sustentável, o papel do Estado nessa seara, bem como a utilização de critérios de sustentabilidade por órgãos públicos federais localizados em Florianópolis-SC.

O problema que suscita este estudo consiste em investigar se e de que forma os critérios sustentáveis foram inseridos nos editais de licitação de órgãos públicos federais

¹Administração Pública com letra maiúscula significa a estrutura administrativa, ou seja, representa o conjunto de órgãos, entidades e agentes que exercem a função administrativa e representa o sentido subjetivo da palavra. Por outro lado, a mesma expressão grafada com letras minúsculas significa a atividade administrativa e é utilizada para representar o sentido objetivo da palavra (Meirelles, 2013, p.61).

sediados em Florianópolis-SC, no biênio 2015/2016, mediante a análise de uma amostra de 50 (cinquenta) pregões eletrônicos.

A hipótese básica é que foram inseridos tais critérios sustentáveis nos editais de licitação coletados. A justificativa para tal premissa é o fato do Brasil estar alinhado com a preocupação mundial referente à atuação estatal na preservação e proteção ambiental, sendo corolária dessa preocupação a implementação das licitações sustentáveis. Para tanto, recentemente foi normatizada e regulamentada tal prática, particularmente com a lei nº 12.349/2010, que alterou o art. 3º, da Lei 8.666/93, e com o decreto nº 7.746/2012.

Assim, o objetivo geral do trabalho é verificar se e de que maneira os órgãos públicos federais sediados em Florianópolis-SC utilizaram critérios de sustentabilidade ambiental nos seus editais de licitações no biênio 2015/2016. Já os objetivos específicos são examinar as características e finalidade das licitações públicas; analisar como se configura a proteção do meio ambiente por parte do Estado; analisar a função fomentadora do Estado nas licitações públicas; e examinar e verificar a forma de inclusão dos critérios de sustentabilidade nos editais de licitação coletados dos órgãos públicos federais sediados em Florianópolis-SC.

O segundo capítulo pretende examinar o conceito, características e princípios gerais das licitações, finalizando com uma análise da nova finalidade da licitação: a sustentabilidade ambiental.

Após essa base inicial sobre o assunto, o terceiro capítulo pretende verificar a responsabilidade estatal na proteção do meio ambiente, premissa básica da licitação sustentável, mediante análise da legislação correlata.

O quarto capítulo visa verificar a função fomentadora do Estado na realização das licitações. Para tal, é observado o papel da Administração Pública no incentivo ao engajamento das empresas no fornecimento de bens e serviços sustentáveis.

Após a análise teórica dos três primeiros capítulos, realizar-se-á um estudo de caso, utilizando-se o método de abordagem análise de conteúdo. Assim serão analisados 50 (cinquenta) pregões eletrônicos para verificar o grau de adesão às licitações sustentáveis, bem como o modo de inclusão dos critérios de sustentabilidade ambiental por órgãos públicos federais localizados em Florianópolis-SC no biênio 2015/2016.

Para chegar a uma amostra representativa serão selecionados 13 (treze) órgãos públicos federais sediados em Florianópolis-SC que utilizam costumeiramente o pregão eletrônico para a contratação de bens e serviços comuns. Tais organizações são a Base Aérea de Florianópolis; o Hospital de Guarnição de Florianópolis; o 63º Batalhão de Infantaria; o

Comando da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada; a Escola de Aprendizes Marinheiros de Santa Catarina; a Fundação Nacional de Saúde; a Universidade Federal de Santa Catarina; o Hospital Universitário; o Tribunal Regional Eleitoral; a Justiça Federal de 1ª Instância; o Instituto Nacional de Seguridade Social; o Instituto Federal de Santa Catarina; e a Inspetoria da Receita Federal.

A motivação da escolha do tema originou-se na prática licitatória vivenciada pelo autor, que é servidor público federal há 10 anos. Nesta seara prática as inovações legais referentes às licitações sustentáveis, bem como as dificuldades de implementá-las contribuíram para o desejo de aprofundar o conhecimento sobre esse assunto, que é muito recente, e conta ainda com poucas referências.

Em síntese, o desenvolvimento do presente trabalho pode retratar o presente panorama das licitações sustentáveis, de modo a verificar oportunidades de melhoria na busca pela preservação do meio ambiente mediante as licitações sustentáveis.

2 CARACTERÍSTICAS E FINALIDADES DAS LICITAÇÕES PÚBLICAS

A licitação pública encontra-se intimamente ligada ao paradigma tradicional do regime jurídico-administrativo². Conforme a obra de Cristóvam (2015, p.245) o tradicional conceito de regime jurídico-administrativo pressupõe o destaque à supremacia do interesse público sobre o privado. O Estado, como gestor da coisa pública, possui uma posição privilegiada nas relações com os particulares. Tal assimetria e verticalização encontram-se sustentadas em algumas prerrogativas como: a presunção de legitimidade e veracidade dos atos administrativos; prazos processuais e prescricionais diferenciados; modificações unilaterais em contratos administrativos; a revogação unilateral dos próprios atos, etc.

Ainda segundo o autor, outra base desse regime é a indisponibilidade dos interesses públicos pela Administração, de maneira que eles não são postos à livre disposição da vontade do administrador. Os atos administrativos devem sempre atender à finalidade pública, prevalecendo sobre interesses individualistas.

Diferentemente das relações privadas, onde se pode fazer tudo o que não for vedado por lei, a Administração Pública como tutora dos interesses públicos, precisa observar o princípio da legalidade e buscar a maior vantajosidade possível nas suas contratações, mediante a observância de critérios objetivos.

2.1 CONCEITO E CARACTERÍSTICAS DAS LICITAÇÕES

O ordenamento jurídico brasileiro determina que as contratações públicas sigam um procedimento formal de maneira a assegurar a igualdade de participação dos ofertantes, bem como atender a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Assim sendo, a licitação pode ser conceituada como um procedimento administrativo, mediante uma sucessão de atos previstos em lei e que proporciona a seleção da proposta mais

²No entendimento de Cristóvam (2015, p.137) o tradicional paradigma de regime jurídico-administrativo é questionado por ser uma concepção abstrata de supremacia totalizante do interesse público sobre o particular. Na realidade, em um modelo de Estado constitucional de direito, com base fundada nos direitos fundamentais e respeito à dignidade humana, as relações do Poder Público com os particulares deveriam ser permeadas pela ordem constitucional, e não simplesmente com base na supremacia irrestrita do Estado. Nesse contexto, o autor sugere uma reedificação do regime jurídico-administrativo, adequando o conceito de interesse público aos direitos fundamentais, à dignidade humana, e à teoria da ponderação de interesses, resultando no deslocamento da centralidade do Estado para a pessoa humana. Esse novo modelo de regime pode inclusive corroborar com a sustentação jurídica das licitações sustentáveis, uma vez que a preservação ambiental passa pelo respeito aos direitos fundamentais e dignidade da pessoa humana, já que o interesse público demanda também a sustentabilidade ambiental.

vantajosa pelo Poder Público, observando a isonomia, eficiência e moralidade na negociação administrativa.

Corroborando com tal assertiva, Bandeira de Mello (2013, p. 532) afirma que a licitação é um procedimento que a pessoa governamental utiliza para adquirir bens, contratar serviços, realizar obras, outorgar concessões e permissões de uso dos bens públicos. Ainda segundo o autor a finalidade é convocar o maior número de interessados, que atendam as premissas legais e administrativas, para apresentarem a proposta mais vantajosa a fim de atender o interesse público, tudo mediante o estabelecimento de critérios objetivos de julgamento.

Tal conceito também pode ser analisado sob a forma de algumas premissas. Primeiramente trata-se de um procedimento administrativo, de acordo com Justen Filho (2014, p. 495), “A licitação envolve a prática de uma série ordenada de atos jurídicos (procedimento)”. Corrobora tal assertiva Meirelles (2013, p.292), “Como procedimento, desenvolve-se através de uma sucessão ordenada de atos vinculantes para a Administração e para os licitantes”. O procedimento possui o condão de diminuir e reduzir a subjetividade da escolha da proposta mais vantajosa já que segue critérios objetivos e previstos em lei.

Dentro dessa temática Justen Filho (2014, p.496) observa que o caráter procedimental da licitação é corroborado pelo fato de ser aplicado o princípio da preclusão nas diversas fases licitatórias. Ela funciona como um impedimento ao retorno do procedimento a estágio prévio, ou seja, não é possível questionar nas fases posteriores aquilo que não foi argüido em fases pretéritas. Além disso, outro fator de destaque é o fato de todos os atos jurídicos praticados estarem sujeitos ao controle administrativo e judicial.

A segunda premissa tange respeito ao fato da licitação ser disciplinada por atos administrativos prévios que determinam critérios objetivos, além da própria lei que a regula. Existem diversos diplomas legais que normatizam a licitação, mais especificamente podem ser referidos a Constituição Federal de 1988, a Lei n. 8.666/1993 (normas gerais de licitação), a Lei n. 10.520/2002 (que regula o pregão), entre outros.

Entretanto, além desse arcabouço jurídico, também cabe destaque o edital de licitação que obriga estritamente a Administração no cumprimento de seus quesitos. De acordo com Meirelles (2013, p. 294) “Essas prescrições decorrem não só da lei, mas, também, do regulamento, do caderno de obrigações e até do próprio edital ou convite, que complementa as normas superiores, tendo em vista a licitação que se refere”. Observa-se tal entendimento também no seguinte trecho:

Ao produzir e divulgar o ato convocatório, a Administração Pública exercita juízos de conveniência e oportunidade sobre o objeto a ser contratado, os requisitos de participação, os critérios de seleção do vencedor. Esses critérios objetivos constantes do ato convocatório devem ser observados ao longo do procedimento, com cunho vinculante para os particulares, mas também para a própria Administração (que adotou ditos critérios). (JUSTEN FILHO, 2014, p.496)

A terceira característica do conceito de licitação tem relação com a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública. O Estado tem o objetivo de obter a contratação do bem, ou serviço, da maneira mais eficiente possível, seja no quesito financeiro, técnico, ou na conjugação dos dois. Conforme Meirelles (2013, p.290) “[...] a doutrina é acorde na acentuação desses traços essenciais e de duas tradicionais finalidades da licitação – obtenção do contrato mais vantajoso e resguardo dos direitos de possíveis contratados”. Tal entendimento também é esposado por Bandeira de Mello (2013, p.534) “[...] proporcionar as entidades governamentais possibilidades de realizarem o negócio mais vantajoso (pois a instauração de competição entre ofertantes preordena-se a isto)”.

Como última parcela da definição de licitação pode ser destacada a observância do princípio da isonomia na obtenção da proposta mais vantajosa. O Poder Público não pode escolher indiscriminadamente a melhor contratação segundo critérios subjetivos que possam beneficiar pessoalmente seus agentes. Na realidade é necessário que a escolha recaia sobre critérios objetivos de maneira a garantir a igualdade entre os participantes na medida que eles atendam a esses quesitos.

Para Alexandrino (2010, p.552) a isonomia possui um duplo de dever perante os participantes. Primeiramente deve ser concedida a oportunidade de ampla participação de qualquer interessado no certame licitatório, desde que tenham condições de assegurar o futuro cumprimento do contrato a ser celebrado. O segundo dever é tratar com igualdade todos os participantes interessados abstendo-se de impor restrições discriminatórias, que não possuam base legal, no julgamento das propostas.

Nesta seara, não podem ser previstas cláusulas ou condições que frustrem o caráter competitivo dos certames licitatórios, a não ser que tais restrições busquem fundamento legal na garantia da execução do contrato ou promoção de alguma finalidade específica, como o desenvolvimento nacional sustentável que será visto mais à frente. Nesse sentido afirma Hely Lopes Meirelles (2013) que não constituem atentado ao princípio da igualdade dos licitantes, cláusulas legais restritivas, desde que atendida a supremacia do interesse público.

2.2 PRINCÍPIOS DAS LICITAÇÕES

A licitação está intimamente ligada com ramo público do Direito, particularmente no sentido de aplicação da supremacia do interesse público. Nesta seara, cabe a observância de princípios jurídicos³ peculiares que norteiam o sentido do procedimento licitatório.

Consoante tal premissa, a Lei n. 8.666/1993, em seu art. 3º, diz que a licitação deverá seguir os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

O princípio da legalidade encontra-se delineado no próprio Direito Administrativo que impõe a atuação da Administração conforme os ditames legais, não podendo fazer nada que não esteja previsto em lei. Na licitação tal princípio é uma garantia para os participantes e para aqueles que acompanham o procedimento licitatório, de maneira que os atos praticados sigam aquilo que esteja previsto nas normas pertinentes. A própria Lei n. 8.666/1993 trata especificamente desta temática:

Art.4º Todos quantos participem de licitação promovida pelos órgãos ou entidades a que se refere o art. 1º têm direito público subjetivo à fiel observância do pertinente procedimento estabelecido nesta lei, podendo qualquer cidadão acompanhar o seu desenvolvimento, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos. (BRASIL, 1993)

A impessoalidade tem o condão de permitir que todos os participantes que atendam aos requisitos do edital tenham igualdade de tratamento na escolha de suas propostas. Outra faceta de tal princípio é a vedação de atuação do agente público conforme seus interesses pessoais, de maneira que ele deva agir de forma isenta a fim de garantir o interesse público na escolha da proposta mais vantajosa. De acordo com Bandeira de Mello (2013, p.541) o princípio da impessoalidade não admite qualquer favoritismo ou discriminação sem

³A teoria dos princípios jurídicos é detalhadamente estudada na obra *Princípios Constitucionais - Razoabilidade, Proporcionalidade e Argumentação Jurídica*, de José Sérgio da Silva Cristóvam (2016). Segundo o autor os princípios podem ser levados ao patamar de verdadeiras espécies normativas, servindo como base de sustentação lógica e axiológica de todo o ordenamento jurídico. Por outro lado, sua aplicação enseja um inegável carga de indeterminação, por isso cabe uma distinção entre os princípios e normas. Os princípios, que podem ser considerados regras de otimização, podem ser aplicados em diversos graus, dependendo da apresentação do caso concreto jurídico. O mesmo princípio pode apresentar variadas dimensões de aplicação na resolução de problemas práticos. Dependendo da situação, um princípio pode ter aplicações diferentes, ou até mesmo ser afastado em conflito com outros princípios. Já as regras, por outro lado, não possuem a questão do peso ou importância quando postas em conflito, da aplicação de uma decorre necessariamente a invalidação das demais a ela contrapostas.

pertinência. A neutralidade da Administração deve permear todo o procedimento licitatório, já que em última instância, ela é corolária do princípio da igualdade.

Como moralidade pode-se compreender a atuação da Administração e seus agentes conforme princípios éticos. De acordo com Bandeira de Mello (2013, p.119) “[...] a Administração haverá de proceder em relação aos administrados com sinceridade e lhanza”. Está intimamente ligada ao conceito de impessoalidade uma vez que não cabem desvios de conduta de maneira a ocultar ambições particulares por qualquer ator do procedimento.

Não se trata apenas de uma moral comum, mas sim de um sentimento mais profundo de justiça. Conforme Meirelles (2013, p.92) nas relações permeadas com a finalidade pública, os atos administrativos devem obedecer aos preceitos éticos além da lei jurídica, afinal nem tudo que é legal é honesto. Na realidade a moral comum é imposta para a conduta externa do homem, enquanto a moral administrativa penetra na conduta interna do agente, uma vez que a finalidade da ação é o bem comum.

A igualdade, assim como a impessoalidade, visa a tratar os licitantes da mesma maneira, entretanto, tal princípio aplica-se especificamente no impedimento de restrição de participação de interessados na licitação. Observa-se que todos que atendem aos quesitos do edital possuem igualdade de condições de licitar, entretanto tal instrumento convocatório deve seguir a lei e ao interesse público. Bandeira de Mello (2013, p.542) retrata que tal princípio enseja em oferecer oportunidades igualitárias de disputa do certame licitatório a quaisquer interessados, que consigam propor as garantias de futuro cumprimento de contrato.

Ainda dentro da questão da igualdade cabe destacar que a lei pode prever essas garantias, bem como a apresentação de características que visam uma contratação que atenda não só a economia financeira, mas também outras questões como o desenvolvimento nacional sustentável, a alavancagem de pequenas empresas, etc. Entretanto, destaca-se que atingidos tais critérios, a igualdade deve ser observada. Segundo Bandeira de Mello (2013, p.542): “Deve-se considerar que estas distintas providências correspondem a um exemplo paradigmático da aplicação positiva (ou seja, não meramente negativa) do princípio da igualdade, o qual, como é sabido, conforta tratamentos distintos para situações distintas”.

O princípio da publicidade denota a questão da transparência da atividade do Estado de maneira que qualquer interessado possa realizar um controle sob o certame licitatório. Abrange as diversas fases do procedimento. Tal entendimento fica latente a seguir:

a publicidade dos atos da licitação é princípio que abrange desde os avisos de sua abertura até o conhecimento do edital e seus anexos, o exame da documentação e

das propostas pelos interessados e o fornecimento de certidões de quaisquer peças, pareceres ou decisões com ela relacionadas. (MEIRELLES, 2013, p. 296)

Outra faceta da publicidade é a garantia da ampla participação de interessados no procedimento licitatório, ou seja, a universalização de acesso. Conforme Justen Filho (2014, p.502): “[...] visa garantir a qualquer interessado as faculdades de participação e de fiscalização dos atos da licitação.”

Na sequência há o princípio da probidade administrativa que é corolária do princípio da moralidade, entretanto a própria Lei n. 8.666/1993 enfatiza a conduta ilibada nas licitações, tendo em vista a possibilidade de desperdício de recursos públicos. Tal entendimento fica latente na obra de Meirelles (2013, p. 299): “[...] a *probidade administrativa* é dever de todo administrador público, mas a lei a incluiu dentre os princípios específicos da licitação (art. 3º), naturalmente como uma advertência às autoridades que a promovem”.

Em seguida há um princípio peculiar nas licitações que é a vinculação ao instrumento convocatório, segundo tal diretriz, todos os atos praticados no decorrer do procedimento licitatório devem obedecer aos ditames do edital. Ele funciona como uma espécie de lei interna da licitação, pois nada pode ser exigido ou permitido sem que esteja previsto em tal instrumento. De acordo com Bandeira de Mello (2013, p. 547) “[...] obriga a Administração a respeitar estritamente as regras que haja previamente estabelecido para disciplinar o certame”.

Logicamente que o conflito com o princípio da igualdade pode ocorrer se muitas restrições forem inseridas no edital de maneira a frustrar o caráter competitivo das licitações. Assim sendo, deve haver uma harmonia na aplicação dos princípios de modo que a vinculação ao instrumento convocatório não seja absoluta.

Cabe neste caso, a aplicação da teoria dos princípios jurídicos, uma vez que deve ser realizada uma ponderação dos interesses contrapostos no caso concreto. Dessa análise não cabe a exclusão de um determinado princípio, mas sim a graduação de sua incidência, de maneira a harmonizar os conflitos dos bens jurídicos tutelados. Ainda segundo Meirelles (2013, p. 298) deve-se tomar o cuidado para que o princípio da vinculação ao edital não quebre a aplicação de outros princípios como o da legalidade estrita.

Um outro princípio peculiar é o julgamento objetivo das propostas. Novamente ele se encontra interligado com os outros princípios licitatórios, particularmente com a igualdade, legalidade, e vinculação ao instrumento convocatório. Sua característica principal é impedir a escolha da proposta mais vantajosa mediante um julgamento subjetivo da autoridade

administrativa. Justo dizer que o julgamento deve considerar os requisitos de escolha previstos no ordenamento jurídico bem como no edital de licitação.

De acordo a doutrina de Alexandrino (2010, p.577) se o critério da licitação for do “menor preço” ou do “maior lance” o julgamento das propostas deve ser estritamente objetivo. Diferentemente ocorre quando os critérios são da “melhor técnica” ou “técnica e preço”, uma vez que eles admitem certa dose de valoração na escolha da proposta. Tal diferença, inclusive poderá ser explorada por ocasião das licitações sustentáveis, onde nem sempre o menor preço vence, em verdade haverá a seleção do menor preço que atenda certos requisitos de sustentabilidade ambiental previstos no edital.

Por oportuno, cabe mencionar que além dos princípios explícitos mencionados, existem alguns implícitos diluídos por todo o ordenamento jurídico de maneira a nortear da melhor maneira possível o procedimento licitatório, entre eles podem ser citados o da competitividade, o do procedimento formal, o do sigilo das propostas e o da adjudicação compulsória. Todos naturalmente interligados e orientadores do atingimento da finalidade pública.

2.3 A NOVA FINALIDADE DA LICITAÇÃO

2.3.1 As finalidades originais das licitações

A legislação brasileira sobre licitações traduz fundamentalmente a observância rígida do tratamento isonômico aos licitantes, conseqüentemente a busca pelo menor preço sempre foi o paradigma norteador da escolha da proposta mais vantajosa.

O texto constitucional de 1988, no art. 22, diz que compete a União legislar sobre normas gerais de licitações e contratações, em todas as modalidades, com observância do disposto no art. 37, XXI. Tal inciso, por sua vez, regula que com exceção de casos especificados na lei, “[...] as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes”. A parte final do inciso ainda reforça que a lei somente poderá exigir qualificações técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Cabe destacar que tais normas gerais foram consolidadas pela Lei n. 8.666/1993 que regula o procedimento licitatório em âmbito nacional. Nesse sentido a redação original do

diploma legal possuía o condão de selecionar sempre a proposta mais vantajosa, sem mencionar qualquer relativização com relação a questão do desenvolvimento sustentável:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (BRASIL, 1993)

Na prática administrativa a proposta mais vantajosa conduzia geralmente à escolha do menor preço, ou de outros quesitos previstos no próprio ordenamento jurídico, como a técnica, ou a conjugação de preço e técnica. Conforme Requi (2012, p.379): “Não havia, portanto, menção expressa à garantia do desenvolvimento nacional sustentável, motivo pelo qual a inclusão de critérios de sustentabilidade nas contratações públicas era questionada”.

Ainda que existisse um arcabouço principiológico de proteção ao meio ambiente na Constituição de 1988, além dos diversos tratados internacionais ratificados pelo Brasil, a justificação de inclusão de critérios de sustentabilidade nas licitações carecia de uma norma legal explícita, afinal o administrador público somente pode fazer o que está previsto na lei.

2.3.2 O tratamento diferenciado da Lei n. 123/2006

Primeiramente, este paradigma do preço mais baixo foi quebrado com o estabelecimento de regras diferenciadas para a contratação pública de microempresas e empresas de pequeno porte. Com a edição da Lei Complementar n. 123/2006 foi possível conceder tratamento mais favorecido para tais formas societárias, particularmente como critério de desempate na adjudicação do licitante vencedor.

Segundo o art. 47, da referida Lei, fica estabelecido que deverá ser concedido um tratamento mais favorável (diferenciado e simplificado) às micro e pequenas empresas com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social em âmbito local, além do incentivo à inovação tecnológica.

Tal tratamento diferenciado não afasta o princípio da isonomia uma vez que a igualdade traduz-se em tratar desigualmente todos na medida de suas desigualdades. Tal assertiva é observada no raciocínio de Meirelles (2013, p.95) “[...] os desiguais em termos genéricos e impessoais devem ser tratados desigualmente em relação àqueles que não se enquadram nessa distinção”. Ou seja, o tratamento desigual tem por fim imediato a ordenação de todos no mesmo nível e com o fim mediato de promoção do desenvolvimento econômico.

Esse posicionamento pode ser observado no ensinamento de Jacoby apud Bitencourt (2014, p.14) que relata que a isonomia pode ser atingida, com sabedoria e cautela pelo legislador, na medida que ele reduz uma desigualdade já existente no mercado competitivo da livre iniciativa. Na realidade, nesse caso, há uma ponderação da razoabilidade da restrição e a satisfação eficiente do interesse público, sendo que tal tratamento possui fundamento em sede constitucional:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: [...] IX - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País. (BRASIL, 1988)

Justo dizer que as microempresas e pequenas empresas já operam no ambiente de livre concorrência com parcela de desigualdade, assim sendo o dispositivo legal apenas possui a intenção de colocá-las em pé de igualdade.

2.3.3 A finalidade sustentável das licitações

A segunda quebra de paradigma com relação aos objetivos das licitações veio com a edição da Medida Provisória n. 495/2010 que incluiu como finalidade da licitação a busca pelo desenvolvimento nacional sustentável. Tal instrumento legal foi convertido na Lei n. 12.349/2010, e modificou substancialmente o então entendimento da busca pelo menor preço.

Referida lei modificou o art. 3º, da Lei 8.666/93 (Brasil, 2010), da seguinte maneira: “A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável”. Assim o conceito de proposta mais vantajosa ficou mais amplo de maneira a incluir a sustentabilidade ambiental como quesito de julgamento das propostas, desde que justificado no edital.

A licitação agora cumpre três finalidades legais, deve garantir a isonomia de tratamento entre os licitantes, deve selecionar a proposta mais vantajosa, e promover o desenvolvimento nacional sustentável. A valoração do preço precisa agora incluir os custos indiretos. Conforme Freitas apud Bittencourt (2014, p.17) “[...] antes de licitar, não se podem mais ignorar, candidamente, os custos ambientais, sociais e econômicos de cada escolha administrativa”.

Essa terceira finalidade agora pode ser conjugada com as finalidades originais da licitação, cabendo uma junção de interesses de maneira a harmonizar preço com

sustentabilidade. Souza (2011) diz que o entendimento é que a Administração Pública em suas licitações em respeito aos critérios ecológicos e sociais deve, na mesma proporcionalidade, promover os benefícios à sociedade mitigando os impactos ambientais através da estipulação de critérios de sustentabilidade que devem ser observados pelos fornecedores que desejam participar do procedimento das licitações.

Deste novo objetivo licitatório surge o conceito de licitações sustentáveis, que seriam aquelas que levariam em conta a sustentabilidade ambiental dos produtos e processos a ela relativos. De acordo com Meneguzzi (2015, p.24) na realidade pode ser considerado “[...] um processo por meio do qual as organizações [...] valorizam os custos efetivos [...] buscando gerar benefícios à sociedade e à economia e reduzir os danos ao ambiente natural”.

Outro conceito igualmente válido é o esposado por Coelho (2013, p.58) “Licitação pública sustentável é o procedimento pelo qual a autoridade administrativa gestora busca adquirir bens e serviços que, ao longo de sua vida útil, causam o menor impacto ambiental possível”. Para atingir tal meta, no ato convocatório devem ser formuladas especificações técnicas mínimas que todos os licitantes devem obedecer e cumprir.

A proposta mais vantajosa não é apenas aquela que atenda a questão financeira, mas sim em um conjugado de economia e sustentabilidade ambiental. Na obra de AMARAL et al (2015, p.7) “[...] o critério apenas econômico tendo em vista o menor preço poderia levar o próprio Estado, ao não analisar os critérios ambientais e sociais, a afrontar sua própria legislação e, até mesmo, utilizar de forma irresponsável os seus recursos financeiros”.

O momento inclusive requer urgente atitude dos gestores públicos de modo a barrar a degradação ambiental, em última instância oriunda dos fenômenos do aquecimento global. Trata-se de um poder-dever, já que a responsabilidade inicia-se pelo exemplo governamental.

Também de acordo com o entendimento de Alexandrino (2011) a assertiva de que a licitação visa a selecionar a proposta mais vantajosa para a administração deve ser entendida de maneira diferente daquele verificado antes da Lei 12.349/2010. Realmente, até então, a proposta mais vantajosa para a Administração Pública numa licitação deveria ser determinada indubitavelmente sob o viés econômico. Ainda que a licitação não fosse do tipo menor preço, a proposta mais vantajosa seria aquela que a relação custo-benefício se mostrasse melhor para a Administração, levando em conta especificamente aspectos econômicos. Agora, a interpretação sistemática da Lei n. 8.666/1993 permite afirmar que, dependendo da licitação, será mais vantajosa a proposta que apresente a melhor relação de eficiência, entretanto, levando em conta não somente aquele contrato específico que será celebrado, mas também os

benefícios indiretos, mediatos e de longo prazo que a proposta vencedora proporcionará ao desenvolvimento sustentável.

Com relação ao custo-benefício é interessante observar que as contratações sustentáveis, à primeira vista, podem ser consideradas mais onerosas tendo em vista o maior valor dos insumos, além do maior cuidado com os rejeitos. Entretanto, em longo prazo, tais custos acabam sendo amortizados e até mesmo superados. Pode-se fazer uma analogia com a aquisição de uma lâmpada “LED” em substituição a uma lâmpada comum, no início há um custo maior na aquisição, entretanto, ao longo da vida útil ela acaba amortizando seu valor com o menor consumo de energia elétrica.

Tal entendimento também é exposto por Torres (2011, p.114) que alega que uma das principais desculpas pela não utilização das licitações sustentáveis é a alegação do maior custo dos bens e serviços produzidos ou fabricados de maneira ambientalmente correta. Entretanto outros fatores devem ser levados em conta em tal cálculo. Ainda segundo o autor: “[...] a avaliação tem que ser feita de forma mais ampla. Esses produtos, muitas vezes, geram economia com a sua utilização, em relação aos ‘produtos tradicionais’, como por exemplo, no consumo de água, energia, etc.” Ou seja, a avaliação dos custos deve permear todo o ciclo de vida do produto.

Já não se pode mais justificar que a Lei n. 8.666/1993 impede a preferência por produtos sustentáveis porque diminuem a competição ou são mais custosos que os tradicionais. Ainda que possam custar mais inicialmente, produtos mais eficientes no consumo de água e energia, por exemplo, implicam em economias a médio e longo prazo para a Administração Pública.

Mesmo com a inserção da nova finalidade sustentável nas licitações, há ainda diversos questionamentos a respeito da constitucionalidade da Lei n. 12.349/2010, tendo em vista a relativização dos princípios da isonomia e igualdade. Entretanto, verifica-se que a motivação na definição do objeto com a inserção de critérios sustentáveis possui o condão de utilizar o princípio da razoabilidade de modo a atingir a finalidade pública.

A própria Constituição induz a promoção da sustentabilidade em diversos dispositivos. O art. 170, IV, por exemplo, assegura que a ordem econômica deve observar o princípio da defesa do meio ambiente, inclusive com a utilização de tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental de elaboração de bens e prestação de serviços. O art. 225, caput, por sua vez, prescreve que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de

uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

O que a Lei n. 8.666/1993 veda é a inserção de condições no edital que restrinjam indevidamente a competição, até como corolário dos princípios da isonomia e impessoalidade. Não há vedação, *a priori*, da inserção de critérios ambientais na definição do objeto, desde que adequadamente motivadas, tendo como fim o interesse público. Segundo o entendimento de Meirelles (2013, p. 293) as margens de preferência não desvirtuam os princípios da isonomia e competitividade, em verdade tais princípios incidem naqueles enquadrados nas situações de preferências. Logicamente que a aplicação dessas restrições deve ser feita com razoabilidade a fim de não descaracterizar a natureza e a finalidade da licitação.

Sobre a possibilidade jurídica de adoção de critérios ambientais, a então Procuradora do Estado de São Paulo, Silvia Helena Nogueira Nascimento, analisou essa questão no Parecer CJ/SMA n. 683/2006:

Há que se ressaltar neste aspecto, que as vedações constantes do art. 3º, § 1º, da Lei federal nº 8.666/93, muitas vezes utilizado de modo absolutamente equivocado como obstáculo para que a Administração Pública realize contratações ambientalmente sustentáveis, de forma alguma impedem a sua adoção. [...] O dispositivo legal em questão veda a previsão, nos atos de convocação para participação em licitações, de cláusulas ou condições que comprometam ou restrinjam o caráter competitivo da licitação, ou ainda, que estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes, ou de qualquer outra circunstancia IMPERTINENTE ou IRRELEVANTE para o específico objeto do contrato. [...] Por consequência, ainda que eventualmente restritivas, se pertinentes, relevantes e motivadas, a própria lei admite que se façam distinções para a contratação objetivada pela Administração Pública, sempre em prol do interesse público. (SÃO PAULO, 2006)

Ou seja, verifica-se que não há impedimento legal que, de forma razoável e motivada, sejam inseridos critérios ambientais nas especificações técnicas dos serviços e obras a serem contratados pela Administração Pública.

Cabe ressaltar que atualmente a responsabilidade com as futuras gerações torna-se cada vez mais urgente, o consumismo não comporta mais desperdícios e degradações ambientais. O Governo, como ator desse processo, também possui uma grande responsabilidade, de maneira que suas contratações devem observar esse novo paradigma. A diminuição do desperdício coaduna-se com a premissa da eficiência na exploração dos recursos naturais, uma vez que também cabe a observância da mínima geração de resíduos e impactos.

Para Coelho (2013, p.58) nos dias atuais o procedimento licitatório que busca somente o menor preço não atende mais aos anseios da sociedade atual, nem das futuras gerações. Ao Poder Público não basta somente patrocinar a sustentabilidade, ele deve também ser eficiente e

ecológico por ocasião das contratações públicas, procurando a simbiose entre o menor preço e a geração de menos resíduos e impactos ambientais. Ou seja, o Estado além de ecoeficiente deve ser ecoconsumidor.

É possível também afirmar que o objetivo final da licitação pode ser dividido em ordinário e extraordinário. O primeiro tem como objetivo satisfazer a necessidade imediata da Administração Pública na contratação. Por exemplo, no caso da aquisição de um automóvel o objetivo imediato é possuir um meio de transporte para utilização pelos servidores, etc. Ou seja, em um primeiro momento atinge-se somente a finalidade principal da contratação.

Entretanto conforme Ferreira (2012, p.35) “[...] os benefícios se espalham em outras direções [...] como o fomento estatal ao microempreendedorismo ou à preservação do meio ambiente para as futuras gerações”. Desta maneira, existe também a finalidade extraordinária da licitação que seria corolária da função social do Estado. Assim, o procedimento licitatório, particularmente após a edição da Lei n. 12.349/2010, também possui o fim extraordinário de desenvolvimento nacional sustentável, mediante a utilização das licitações sustentáveis.

Na realidade a função social é atingida de forma colateral uma vez que irradia efeitos favoráveis em outras direções e para outros sujeitos, estranhos ao objeto licitado e contratado. Segundo o entendimento de Ferreira (2012, p.39) atualmente o não atendimento da função social da licitação significa desatender a seleção da proposta mais vantajosa, uma vez que tal conceito engloba a sustentabilidade ambiental como integrante da finalidade pública.

O entendimento atual é que não há mais tempo a perder, a sociedade exige uma postura responsável por parte do Poder Público. A legislação nacional começou a atender tais anseios, de modo que a normatização da licitação sustentável já é uma realidade.

2.4 A REGULAMENTAÇÃO FEDERAL DA FINALIDADE SUSTENTÁVEL

2.4.1 A Lei n. 12.349/2010 e a Instrução Normativa n. 01/2010 da SLTI/MPOG

A conversão da Medida Provisória n. 495/2010 na Lei n. 12.349/2010 instituiu o marco legal das licitações sustentáveis. Indubitavelmente, seu texto possui um caráter inovador, porém como a maioria das leis, demarcou as linhas gerais da promoção do desenvolvimento sustentável mediante as licitações. Caberia assim, ao poder regulamentador do Estado a pormenorização das diretrizes do procedimento licitatório.

Curiosamente, antes mesmo da edição da Medida Provisória n. 495, convertida na Lei n. 12.349/2010, no âmbito federal o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), na figura da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento (SLTI), havia editado a Instrução Normativa n. 01, de 19 de janeiro de 2010, tratando sobre os critérios de sustentabilidade na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública federal direta autárquica e fundacional. Tal iniciativa precursora teve como fundamentos os mandamentos e princípios constitucionais que tratam do dever do Estado na promoção da preservação ambiental e da sustentabilidade.

Analisando a IN n. 01/2010, observa-se um detalhamento dos quesitos que podem ser alvo de critérios de sustentabilidade. De acordo com o seguinte artigo:

Art. 1º Nos termos do art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, as especificações para a aquisição de bens, contratação de serviços e obras por parte dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverão conter critérios de sustentabilidade ambiental, considerando os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias-primas. (BRASIL, 2010)

Verifica-se uma ênfase na fabricação, utilização e descarte dos produtos adquiridos ou utilizados na prestação de serviços. Entretanto, como na oportunidade ainda não havia sido editada a Lei n. 12.349/2010, o artigo 2º da Instrução Normativa diz que as imposições não podem acabar com a competitividade das propostas, fato este que atualmente já pode ser mitigado conforme interpretação recente da Lei n. 8.666/1993 alterada pela Lei n. 12.349/2010. Esse é o entendimento de Bittencourt (2014, p.28): “[...] apesar de informar que [...] (editais e convites) deveriam conter exigências nesse sentido, a Instrução ressalva que as imposições jamais poderão frustrar a competitividade inerente ao procedimento licitatório”.

Em sequência, os incisos I a IX da IN n. 01/2010 (Brasil, 2010) tratou do tema das obras públicas sustentáveis. Em tais contratações a Administração Pública Federal deve observar práticas atuais de diminuição de consumo energético como a redução dos ambientes refrigerados com ar-condicionado; a automatização do acendimento das lâmpadas com sensores de presença; a utilização exclusiva de lâmpadas econômicas; aquecimento de água com painéis solares; a captação de água da chuva, bem como o seu reuso; a utilização de materiais reciclados e biodegradáveis; entre outras medidas. Verifica-se assim a preocupação do Setor Público Federal na construção de espaços sustentáveis que colaborem com a redução do impacto ambiental.

Outro tema tratado no instrumento legal em questão é a aquisição de bens e contratação de serviços. Na especificação dos materiais podem ser exigidos critérios como materiais reciclados, com certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO); embalagens menores; e sem determinados componentes tóxicos:

Art. 5º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando da aquisição de bens, poderão exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

I – que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, [...];

II – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, [...]

IV – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada [...] como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs). (BRASIL, 2010)

Na especificação dos serviços, os critérios abordados têm a ver com a economia de água e produtos de limpeza; com a utilização de equipamentos que não emitam ruído alto; com a capacitação da mão-de-obra na economia de insumos e energia; e com o descarte adequado aos materiais inservíveis como pilhas e baterias. Já a parte final da Instrução Normativa trata a respeito de medidas administrativas a serem implementadas no portal eletrônico de compras do Governo Federal, onde devem ser inseridas boas práticas de sustentabilidade por parte dos órgãos que realizam licitações públicas.

2.4.2 O Decreto federal n. 7.746/2012 e outros instrumentos infralegais

Outro instrumento legal essencial na regulamentação das licitações sustentáveis é o Decreto n. 7.746/2012 que regulamenta o art. 3º da Lei n. 8.666/1993, alterado pela Lei n. 12.349/2010. Ele estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela Administração Pública Federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP, consolidando e ampliando o Programa de Contratações Sustentáveis do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Este Decreto possui conteúdo semelhante à IN n. 01/2010, porém com alguns quesitos novos. O primeiro ponto é a criação de uma comissão – a CISAP – com a finalidade de

envolver diversos atores públicos no engajamento da sustentabilidade. Suas atribuições são de propor normas de logística sustentável; indicar estratégias de capacitação de servidores na área; criar planos de incentivos para órgãos que se destaquem nessa temática, etc. Outra questão mencionada no Decreto é a indicação das diretrizes da sustentabilidade que podem ser vistas conforme abaixo:

Art. 4º São diretrizes de sustentabilidade, entre outras:
 I – menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
 II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
 III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
 IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
 V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
 VI – uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e
 VII – origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras. (BRASIL, 2012)

Ainda segundo a interpretação deste dispositivo legal, os critérios e práticas das licitações sustentáveis podem referir-se às características subjetivas dos licitantes; às especificações dos bens ou serviços; ou conforme Bittencourt (2014, p.32) “previstos como obrigações a serem cumpridas durante a execução contratual”. É adequado ainda argumentar que os critérios devem estar presentes em todas as fases da licitação, particularmente no Projeto Básico ou Termo de Referência, onde são especificados os objetos da licitação.

Além dos dispositivos regulamentadores citados cabe destaque as Instruções Normativas n. 02/2010 e n. 10/2012, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento (SLTI). A primeira contempla configurações aderentes aos computadores sustentáveis, também chamados *TI Verde*, utilizando assim materiais que reduzam o impacto ambiental. Já a última institui as regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável - PLS, na Administração Pública Federal direta, autárquica, fundacional e nas empresas estatais dependentes. Cabe destaque na IN SLTI n. 10/2010 a lista de sugestões de boas práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais.

Outro instrumento também importante nesse processo foi a Agenda 21 (Câmara, 1995), documento final da Conferência Eco-92, que estabeleceu um plano de ação para o desenvolvimento sustentável, com destaque para o capítulo 04, que, ao tratar das mudanças de padrões de consumo, relacionou uma série de atividades, entre as quais o exercício da liderança por meio das aquisições pelos Governos, de modo a aperfeiçoar o aspecto ecológico de suas políticas de aquisição.

Atualmente ainda não há um modelo padronizado federal para a especificação detalhada de materiais e serviços sustentáveis. Observa-se, entretanto, a edição, setorizada por

órgãos públicos, de guias de práticas de contratações sustentáveis, que também cumprem a função de complementar os dispositivos legais mencionados, entre esses documentos podem ser citados o Guia Prático de Licitações Sustentáveis da Consultoria Jurídica da União no Estado de São Paulo – AGU (Advocacia-Geral, 2013), e o banco de dados de boas práticas de licitações sustentáveis disponível no sítio da internet de compras governamentais do Governo Federal, que ensinam como inserir, nos termos de referência dos editais, critérios sustentáveis sobre diversos tipos de materiais.

Com efeito, pode-se afirmar que atualmente as licitações sustentáveis possuem uma base legal e regulamentar consolidada, entretanto, ainda que tais instrumentos não tivessem sido editados, tal atividade possuía como fundamento principiológico constitucional a proteção ambiental pelo Estado, conforme diversos dispositivos diluídos na Constituição Federal de 1988.

A proteção ambiental é fundamento norteador de toda a atividade estatal, sendo um pressuposto que permeia a atividade licitatória do Estado. Tal premissa já podia ser observada antes mesmo da edição de normas legais sobre contratações públicas sustentáveis. Desta maneira, o próximo capítulo deste trabalho tem como finalidade detalhar esse dever de proteção estatal ao meio ambiente, que serve de plano de fundo para a inserção de critérios de sustentabilidade nas licitações, e que tem origem na preocupação mundial liderada pela ONU, em diversas conferências sobre os problemas ambientais.

3 A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE PELO ESTADO

O movimento ecológico mundial, fruto da degradação ambiental vivida pela sociedade a partir de meados do século XX, teve como um dos marcos iniciais a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, também conhecida como Conferência de Estocolmo, em 1972. Para Coelho (2013, p. 24) “[...] deu origem ao inovador e imprescindível paradigma [...] voltado ao desenvolvimento socioeconômico arquitetado por meio de ações ambientais responsavelmente ideadas”.

Diversas nações democráticas, a partir desse momento histórico, inseriram em suas constituições a primazia pelo zelo ao meio ambiente, bem como preceitos destinados à tomada de decisões responsáveis na utilização de matérias-primas naturais. O Brasil seguiu tal posicionamento, de maneira que, atualmente, a Carta Magna de 1988 contempla diversos dispositivos orientando a conduta da sustentabilidade ambiental pelo Estado.

3.1 A POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE E A CF/1988

O dever de preservação ambiental pela Administração Pública, enquanto consumidora de bens, serviços e obras, sempre esteve constitucional e legalmente garantido, mesmo quando era silente o art. 3º da Lei n. 8.666/1993 sobre a garantia ao desenvolvimento nacional sustentável como finalidade da licitação.

Segundo elencado no art. 2º, da Lei n. 6.938/1981, recepcionada pela CF/1988, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente, é dever da Administração Pública atuar na preservação e melhoria da qualidade ambiental, visando o desenvolvimento socioeconômico, e a proteção da dignidade da vida humana. Para tanto o Governo deve observar algumas premissas como a manutenção do equilíbrio ecológico; a racionalização do uso do solo, águas e ar; a fiscalização da utilização de recursos ambientais; a proteção dos ecossistemas; o controle das atividades poluidoras; o incentivo ao estudo e à pesquisa no âmbito ambiental; o acompanhamento do estado da qualidade do meio ambiente; a proteção e recuperação de áreas ameaçadas e degradadas respectivamente; além da promoção da educação ambiental em todos os níveis.

Nesse sentido, Souza (2011) assevera que a Administração Pública tem o poder dever de atuar segundo as normas ambientais que determinam o desenvolvimento sustentável e, na medida em que atua como agente econômico, deve observar a Política Nacional do Meio

Ambiente de forma que as compras públicas possibilitem atingir os objetivos da Lei n. 6.938/1981.

Com a promulgação da Constituição de 1988, particularmente no seu art. 225, foi solidificada na ordem jurídica brasileira, o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e impôs-se ao Poder Público e à coletividade em geral o dever de defendê-lo e preservá-lo. Desta maneira encontram-se espalhados pelo texto constitucional princípios e regras sobre a preservação e o desenvolvimento sustentável.

No quesito das competências dos entes federados é possível observar a atuação conjunta de todos eles na questão ambiental. Conforme o art. 23, VI, da CF/1988, “É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas”. Já o art. 24, VI, da CF/1988, diz que “Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição”. Ou seja, é missão de toda a esfera pública a atuação em prol da proteção ambiental.

Em relação à regulação da ordem econômica, os comandos constitucionais convergem para uma atuação de defesa do meio ambiente de maneira a assegurar o desenvolvimento nacional equilibrado com uma existência digna. O art. 170, VI, da CF/1988, diz que a ordem econômica deve observar o princípio da “[...] defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação”. Já o art. 174, §1º, CF/1988, diz que “A lei estabelecerá as diretrizes e bases do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado, o qual incorporará e compatibilizará os planos nacionais e regionais de desenvolvimento”.

Maior destaque pode ser conferido ao art. 225, da CF/1988, que impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de garantir o equilíbrio ambiental. Segundo a redação de tal norma: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida”.

Esse mesmo artigo constitucional prevê nos seus incisos alguns poderes-deveres ao Poder Público como a exigência de estudo de impacto ambiental na realização de obras ou atividades potencialmente degradantes; o controle da produção, comercialização, e emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente; a promoção da educação ambiental em todos os níveis; além da proteção da fauna e a flora, sendo vedadas as práticas que coloquem em risco sua função ecológica.

Tais previsões constitucionais coadunaram-se com a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), de que trata a Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981, e deram origem ao art. 12 da Lei n. 8.666/1993, o qual dispõe que, nos projetos básico e executivo de obras e serviços, sejam considerados vários requisitos, entre os quais o de impacto ambiental.

A intenção do legislador constituinte, na redação dos dispositivos constitucionais referentes à preservação ambiental, foi adequar a produção e o consumo às exigências hodiernas da sustentabilidade do meio ambiente, seja no âmbito público ou privado. De acordo com Coelho (2013, p.41) “[...] a intenção do legislador constituinte, ao redigir referidos comandos, foi de traçar viés ecológico para a produção e o consumo, seja este estatal ou não”.

Em consonância a este entendimento, Requi (2012), relata que ainda que não existisse previsão expressa na Lei n. 8.666/1993, a Administração Pública, desde a instituição da Política Nacional do Meio Ambiente e, mais ainda, após a promulgação da atual Constituição da República, tem o dever de promover contratações públicas que garantam a fiel observância dos princípios inerentes ao desenvolvimento sustentável, quer pela sua condição de consumidor de bens, serviços e obras ou por ser agente público responsável pela regulação da ordem econômica.

Esse panorama constitucional instituiu um modelo de Estado Socioambiental de Direito⁴. Desse modo, para Santos e Barki (2015) os princípios que regem o desenvolvimento ambiental e socialmente sustentável devem orientar e vincular as condutas públicas e privadas no seu trânsito pela ordem econômica.

Não é correto o entendimento de que a sustentabilidade ambiental esculpida no ordenamento constitucional tem incidência apenas nas questões que envolvam diretamente a proteção ecológica. Na realidade ela também se aplica nas licitações em geral, pois segundo Coelho (2014, p.42) é um “[...] instrumento estatal indispensável à proteção e defesa do meio ambiente, cujo propósito é o de minimizar impactos ecológicos negativos, incluindo-se os ocasionados pelo consumo do próprio governo”.

Conforme mencionado, antes mesmo da inclusão da promoção do desenvolvimento sustentável, na Lei n. 8.666/1993, a adoção de critérios sustentáveis podia ser embasada na Constituição Federal de 1988, sem resultar em cerceamento da competitividade nas licitações,

⁴O Estado Socioambiental de Direito é aquele em cuja ordem constitucional a proteção ambiental ocupa lugar e hierarquia fundamental, resultando que, na promoção dos direitos prestacionais, a preservação das condições ambientais passa a balizar as ações estatais e as políticas públicas, vez que permitirão a existência digna das gerações futuras. (Paulitsch e Wolkmer, 2013, p. 259)

ou seja, a sustentabilidade não excluía a isonomia concorrencial das licitações. Em seu artigo sobre licitações sustentáveis, Torres argumenta que:

A realização das chamadas licitações sustentáveis se insere no contexto acima e deve ser um dos instrumentos de concretização do direito expresso no caput do art. 225 da Constituição Federal. Nesse sentido, não se vislumbra, pela inserção de critérios ambientais nos editais de licitação, qualquer conflito com o art. 37, inciso XXI, da CF/88, que estabelece igualdade de condições a todos os concorrentes nas licitações públicas. A igualdade ou a isonomia consiste em tratar de forma igual os iguais e de forma desigual os desiguais, na medida de sua desigualdade. (TORRES, 2011, p.7)

É justamente no procedimento licitatório que os órgãos públicos têm a oportunidade de materializar a tutela do meio ambiente, ao escolher produtos, mercadorias e serviços fabricados, fornecidos ou prestados de forma inteligente, cumprindo, assim, os princípios, normas e regras de regência. Torna-se assim imprescindível a observância dos princípios ambientais, de forma a garantir a interpretação harmônica dos bens tutelados pela Constituição.

3.2 PRINCÍPIOS AMBIENTAIS APLICÁVEIS ÀS LICITAÇÕES

Os princípios, sejam implícitos ou explícitos, são dotados de positividade e devem ser considerados pela Administração Pública no exercício de suas competências. De acordo com o entendimento de Alves (2005, p.25) “Os princípios constitucionais ambientais expressam a natureza política, social e ideológica que deverá estar contida nas decisões dos governantes e da própria sociedade”.

A Constituição Federal de 1988 reúne diversos princípios ambientais, entretanto, sua maior ênfase consta do art. 225, onde é estabelecido um rol de ações e abstenções que devem, desde logo, ser observado pela Administração, ou pelos particulares.

O primeiro princípio norteador da atividade sustentável pela esfera pública é o da obrigatoriedade da intervenção estatal. Da leitura da Constituição de 1988 em seu art. 225, caput, verifica-se a imposição para que o Poder Público defenda e preserve o meio ambiente para as presentes e futuras gerações. O parágrafo 1º do mesmo dispositivo elenca os deveres outorgados ao Estado para a atingimento dessa diretriz.

Em âmbito internacional esse princípio encontra-se expresso na Declaração de Estocolmo de 1972 (ONU, 1972), particularmente no item n. 17, onde é relatado que se deve confiar às instituições nacionais competentes a tarefa de planejar, administrar ou controlar a

utilização dos recursos ambientais dos estados, tudo com o fim de melhorar a qualidade ambiental.

Por ocasião da reunião da ECO-92, na Declaração do Rio de Janeiro (ONU, 1992), tal princípio também foi exposto, no item n. 17, dizendo que os Estados deveriam adotar uma legislação ambiental eficaz, refletindo o contexto ambiental e de desenvolvimento a que se aplicam.

O Estado, conforme tal diretriz, não tem somente a possibilidade de atuar positivamente da defesa ambiental, possui o dever de agir, afinal seu principal objetivo é o bem comum. Para Alves (2005, p.101) “Não se trata, portanto, de faculdade, mas de compulsoriedade e obrigatoriedade para agir”.

Nesse diapasão não cabe apenas a conduta repressiva estatal, intermediada pelo poder de polícia, mas sim uma atuação positiva. A CF/1988 ordena a prática de condutas proativas na consecução da eficácia da proteção ambiental. Conforme Bertogna (2015, p.89) “O Estado torna-se, aqui, intervencionista, sempre objetivando assegurar ao máximo o equilíbrio ambiental”.

É dessa maneira que os órgãos estatais devem entender o comando constitucional para que seja levado em consideração o meio ambiente em cada uma de suas missões, não de modo facultativo, mas sim de maneira vinculada.

Ainda para o cumprimento pelo Estado de suas missões surge a atividade de contratação pública. Em tal procedimento é essencial a observância da sustentabilidade, uma vez que se trata de atividade indutora e fomentadora de todo um comportamento social. Tal entendimento é observado na texto de Bertogna:

A intervenção estatal obrigatória na proteção ambiental, de forma a garantir as necessidades das gerações futuras, não pode ser olvidada quando o próprio Poder Público age na amplitude que as contratações públicas exigem – é neste contexto que o Estado, enquanto poderoso agente econômico, encontra vasto campo de atuação para o cumprimento dos deveres que lhes foram outorgados pela Constituição Federal. (BERTOGNA, 2015, p.91)

Outros princípios ambientais de suma importância são a precaução e a prevenção. Segundo Leite (2013, p.97) ambos têm a finalidade de antecipar medidas que diminuam ou excluam danos ambientais que possam ocorrer mediante uma atividade de risco realizada pelo homem. Eles são decorrentes da preocupação com a necessidade de avaliação prévia de diferentes projetos e empreendimentos que tenham a probabilidade de ocasionar consequências ambientais.

A diferença entre a precaução e a prevenção tem a ver com possibilidade de mensuração da extensão dos danos ambientais que possam ser causados. Enquanto o primeiro princípio materializa-se com medidas protetivas sem saber qual a magnitude dos danos, tendo em vista a abstração; o segundo já pode ser verificado quando a proteção ambiental é realizada conhecendo-se com certa margem de segurança, a extensão do dano. Essa diferenciação entre esses princípios é vista na doutrina de Morato Leite:

[...] a atuação preventiva é um mecanismo para a gestão dos riscos, voltado, especificamente, para inibir os riscos concretos ou potenciais, sendo esses visíveis e previsíveis pelo conhecimento humano. Por seu turno, o princípio da precaução opera no primeiro momento dessa função antecipatória, inibitório e cautelar, em face do risco abstrato, que pode ser considerado risco de dano, pois muitas vezes é de difícil visualização e previsão. Reconhece-se, assim, que a atuação preventiva, tal como a precaução, busca remédios antecipatórios contra o dano ambiental, ou seja, tenta criar condições para que não ocorram situações de degradação ambiental. (LEITE, 2008, p.172)

No âmbito jurídico internacional, o princípio da precaução se encontra previsto no princípio n. 15 da Declaração da Conferência Eco-92 (ONU, 1992). Seu enunciado diz que quando houver ameaça de danos sérios e irreversíveis, a ausência de absoluta certeza científica não deve ser utilizada como razão para postergar medidas eficazes e economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental.

No ordenamento jurídico brasileiro, tal princípio consta expressamente na Convenção sobre Mudança do Clima (ONU, 2002), e no art. 1º da Lei de Biossegurança (Lei n. 11.105/2005), além dos princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade (art. 12.1.2, do Anexo I, do Decreto n. 4.339/2002). Já o princípio da prevenção pode ser encontrado no art. 225, da CF/1988, sendo que um exemplo de sua aplicação é o licenciamento ambiental e o estudo prévio de impacto ambiental. Este, dada a sua importância, foi previsto constitucionalmente.

No caso das licitações sustentáveis a aplicação dos princípios da precaução e prevenção é cabível, pois é dever do Estado colocar em prática políticas de gestão preventiva e inibitória dos danos ambientais, particularmente com a inserção de critérios de sustentabilidade na definição dos objetos a serem licitados. Ainda conforme Fiorillo (2002, p.37) “[...] benefícios às atividades que utilizem tecnologias limpas também são instrumentos a serem explorados na efetivação do princípio da prevenção”.

Há também a relevância do princípio do poluidor pagador. De acordo com Leite (2013, p.102) ele pode ser entendido como uma obrigação do agente poluidor em arcar com os custos de prevenção a um provável dano ambiental, e em um segundo momento em arcar

com as despesas de reparação desse dano. Segundo a definição da Comunidade Econômica Européia os poluidores devem suportar os custos das medidas que visam eliminar a contaminação, ou para reduzi-la ao limite que assegure a qualidade de vida, inclusive os fixados pelo poder Público competente.

Não se trata de uma autorização para poluir mediante ressarcimento, uma vez que seu conteúdo é extremamente cautelar e preventivo. Trata-se de transferir os custos e ônus geralmente suportados pela sociedade, para o agente causador do impacto ambiental. De acordo com Leite (2015, p.103) “Podemos, então, considerar o princípio do poluidor-pagador através da ótica do poluidor primeiro pagador [...] é primeiro pagador, porque paga, não porque poluiu, mas paga justamente para que não polua”.

Na Declaração do Rio de 1992 (ONU, 1992) tal princípio foi exposto de maneira a afirmar que as autoridades nacionais deveriam procurar promover a internalização dos custos ambientais e o uso dos instrumentos econômicos, levando em conta o interesse público, sem distorcer o comércio e os investimentos internacionais. No caso específico das aquisições e contratações públicas, uma maneira de atender tal caminho é a realização de licitações sustentáveis. Nessa perspectiva, conforme Bertogna (2015, p.98) “[...] o agir estatal, sem a atuação preventiva para evitar danos ambientais, implica na sua responsabilização”. Tal medida visa dar cumprimento aos princípios contidos no art. 225 da Carta Magna.

O princípio da ubiquidade também é outro que tem impacto na atuação estatal, particularmente nas contratações. Antes de qualquer atividade que venha a ser realizada deve-se levar em consideração o meio ambiente tendo em vista a proteção constitucional da sadia qualidade de vida. Para Smanio (2001, p.90) “[...] o meio ambiente deve ser levado em consideração antes e durante a realização de qualquer atividade que venha a ser desenvolvida, de qualquer natureza. Decorre da tutela constitucional da vida e da qualidade de vida”.

No mesmo sentido, a Administração Pública, no desempenho de suas atribuições, também tem a mesma obrigação dos particulares na proteção ambiental, qual seja, a levar em consideração a possível degradação ambiental. De acordo com Bertogna (2015, p.99) “[...] toda a atuação administrativa que levar em consideração os aspectos de degradação ambiental estará dando cumprimento, [...] a preservação da sadia qualidade de vida”.

A solidariedade intergeracional é outro importante princípio. Na legislação nacional ele pode ser observado na parte final do caput do art. 225. Segundo o entendimento de Leite (2013) as presentes gerações devem preservar o meio ambiente para ao momento atual e para as futuras gerações, não podendo utilizar os recursos ambientais de maneira irracional de

modo a comprometer seu usufruto por seus descendentes. Não é justo utilizar recursos naturais que devem ser reservados aos que ainda não existem.

Como último princípio alicerce das licitações sustentáveis tem-se o princípio do desenvolvimento sustentável. Ele tem o objetivo de tentar harmonizar a preservação dos recursos ambientais e o desenvolvimento econômico. Para Derani (2008), o caráter sustentável do desenvolvimento nacional brasileiro não é óbice ao aproveitamento dos recursos naturais, mas elemento balizador da construção de um novo modelo de desenvolvimento, fundado nos princípios constitucionais e orientado pela exploração equilibrada dos recursos naturais.

Sob tal aspecto entra a lógica da utilização de critérios sustentáveis nas contratações governamentais, afinal, deve-se manter os recursos naturais preservados a fim de garantir o futuro do planeta. Na doutrina de Bertogna (2015, p.99) pode ser extraído que: “[...] a proposta mais vantajosa somente pode ser aquela que atenda ao imperativo ético de preservação dos recursos naturais para as gerações futuras, relacionada, portanto, à aquisição de bens e serviços sustentáveis”.

De acordo com a observância de tais princípios ambientais, observa-se o foco nas práticas preventivas de minoração dos danos ao meio ambiente. É necessário combater as causas dos danos ambientais, e nunca apenas os sintomas, porquanto, conforme Fiorillo (2002, p.43) “[...] evitando-se apenas estes, a conservação dos recursos naturais será incompleta e parcial”.

Ainda, segundo a orientação constitucional, os deveres do Estado não deixam qualquer dúvida sobre a necessidade de observância da questão ambiental na atuação e decisões administrativas. Na realidade a opção pela aquisição de bens e serviços sustentáveis, nas licitações sustentáveis, caracteriza-se como a proposta mais vantajosa para a Administração porque garante a proteção da própria vida humana.

3.3 AS NOVAS LEIS DE MUDANÇA CLIMÁTICA E DE RESÍDUOS SÓLIDOS

3.3.1 A Lei n. 12.187/2009 que regula a Política Nacional da Mudança Climática

Em muitos países as licitações públicas estão associadas a uma política de mudanças climáticas. No Brasil, a Lei de Mudança Climática, Lei n. 12.187/2009, veio contemplar essa tendência mundial, especialmente em seu art. 6º, XII, que indica a adoção de medidas como o

estabelecimento de “[...] critérios de preferência nas licitações e concorrências públicas, [...], para as propostas que propiciem maior economia de energia, água e outros recursos naturais e redução da emissão de gases de efeito estufa e de resíduos”.

Tal instrumento normativo deixou de tratar de conceitos vagos e indeterminados e inseriu uma certa objetividade detalhada nos tipos de produtos ambientais a serem buscados, tal conceito pode ser observado na parte final do trecho acima, ou seja, são aqueles produtos que propiciem maior economia de recursos naturais bem como a redução da emissão de gases de efeito estufa e de resíduos.

Esse detalhamento também serve de interpretação para o novo art. 3º da Lei n. 8.666/1993, uma vez que o conceito de desenvolvimento sustentável explícito nela é vago e aberto. Assim a Política Nacional sobre Mudança do Clima também contempla o novo objetivo das licitações públicas – a sustentabilidade.

Outro tema tratado nessa Lei de mudanças climáticas foi a mitigação, que pode ser interpretada como a redução do uso de recursos naturais mediante mudanças e substituições tecnológicas, conforme consta no art. 2º, XII. Tal comportamento de uso de tecnologia mais limpa na produção pode ser incentivado pelas aquisições estatais mediante as licitações sustentáveis. De acordo com Maria Augusta Soares de Oliveira Ferreira:

Destaque-se, portanto, o importante papel das mudanças e substituições tecnológicas na obtenção desses produtos ambientalmente melhores e a contribuição das licitações sustentáveis a essas novas tecnologias através da facilitação da aquisição pela administração pública de bens e serviços que incentivem e incluam essas mudanças e substituições tecnológicas. (FERREIRA, 2015, p.120)

Para o tema das licitações sustentáveis, a principal contribuição foi entender quais são as linhas gerais que indicam quais os bens e produtos melhores para o meio ambiente. Logicamente o foco da Lei n. 12.187/2009 foi a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, porém como na natureza tudo está em simbiose, as contratações sustentáveis têm o condão de melhorar o meio ambiente. Justo dizer que todos os seres vivos são membros de comunidades ecológicas ligadas umas às outras numa rede de interdependência.

Conforme Ferreira (2015, p.122) “[...] a natureza funciona como um sistema onde tudo está interligado, incluindo o homem, que também nela está inserido, para, desse modo, se concluir pela preferência nas licitações públicas”. Ou seja, tais preceitos acabam se relacionando com a política governamental de proteção do meio ambiente e sua conseqüente busca por produtos e serviços sustentáveis.

3.3.2 A Lei n. 12.305/2010 que regula a política nacional de resíduos sólidos

Outra tendência mundial é a aquisição de produtos recicláveis mediante licitações públicas. O Brasil também vem acompanhando tal comportamento a partir da edição da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Trata-se da Lei n. 12.305/2010, cujo art. 7º, XI, retrata temas das licitações sustentáveis. Neste inciso é conferida prioridade para aquisições governamentais de produtos reciclados e recicláveis, além de bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo sociais e ambientalmente sustentáveis.

Este novo instrumento normativo reforçou os conceitos ambientais inseridos na Lei de Mudança Climática. Seu principal objetivo, conforme art. 7º (Brasil, 2010), é promover a produção, o uso e o reaproveitamento dos resíduos sólidos, particularmente com a utilização da técnica da reciclagem. Assim sendo, ela reforça a sustentabilidade já trazida pela Lei n. 12.187/2009, e induz ao complemento da interpretação do art. 3º da Lei n. 8.666/1993.

O texto de Ferreira (2015, p.128) ainda esclarece que o estímulo do comportamento sustentável é obtido a partir “[...] da redução na geração de resíduos, especialmente a partir de medidas relacionadas à reciclagem e ao reaproveitamento dos resíduos sólidos, bem como por meio de um controle-responsabilização exercido desde a produção de bens até o descarte”.

Em outros artigos da Lei de Resíduos Sólidos, observa-se a diretriz para uma responsabilidade compartilhada entre a sociedade e o Governo no tratamento dos insumos e resíduos produzidos e consumidos na cadeia produtiva. O Estado, como defensor do meio ambiente não pode se omitir dessa responsabilidade. Assim, seguindo os artigos n. 30, 31 e 32, a Administração Pública, por exemplo, deverá dar preferência nas licitações a produtos que sejam fabricados a partir de material reciclado, caso os mesmos estejam disponíveis no mercado a preços razoáveis. Não pode ser olvidada, entretanto, a observância dos princípios da proporcionalidade e razoabilidade⁵.

⁵Segundo o entendimento de Meirelles (2014, p.96) o princípio da razoabilidade pode ser entendido como a adequação entre os meios e fins adotados para o atingimento da finalidade pública, já a proporcionalidade é entendida como a vedação de imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público. São princípios intimamente relacionados que orientam as tomadas de decisões discricionárias pela Administração Pública.

Nessa seara outros exemplos são a preferência por produtos que possuam embalagens menores (conforme o art. 7º, XI, “b”), a exigência que os contratados pela Administração Pública cumpram as obrigações de logística reversa (art. 33), o cadastramento dos fornecedores que operam com resíduos perigosos (art. 38), além de outras medidas. O cerne dessa preocupação tem como fundamento promover a iniciativa da Administração Pública nas contratações sustentáveis tendo em vista seu papel fomentador na eficácia da nova Lei de Resíduos Sólidos.

Outro ponto de atenção nessas novas leis que inseriram os conceitos de política nacional de mudança do clima e de resíduos sólidos é o fato de que elas não revogam a Lei de Licitações. Somente um novo critério foi acrescentado a ela em colaboração ao esforço mundial e nacional na busca por melhores condições ambientais para as atuais e futuras gerações. No artigo de Ferreira (2015, p.132) observa-se que “[...] este critério há de prevalecer mesmo quando em confronto com outros consagrados pela Lei n. 8.666/1993, cabendo, entretanto, a aplicação do princípio da proporcionalidade e da razoabilidade”.

No campo infralegal cabe destaque novamente o Decreto n. 7.746/2012 que regulamenta o art. 3º da Lei n. 8.666/1993, já comentado aqui nesse trabalho. Chama-se atenção apenas para o fato dele ter uma abordagem que utiliza a mesma essência dos critérios ambientais esculpidos nas leis n. 12.187/2009 e 12.305/2010, inclusive acrescentando e aperfeiçoando outros itens que abarcam uma abordagem mais ampla de sustentabilidade.

É imperioso verificar que essa tendência legal em normatizar a sustentabilidade encontra fundamento social e constitucional, de maneira que se trata apenas de dar uma maior segurança jurídica aos operadores das contratações governamentais, uma vez que já havia uma permissão constitucional implícita em utilizar as licitações sustentáveis.

Para Ferreira (2015, p.137) “[...] antes mesmo dessas novas leis, as licitações sustentáveis já ocorriam e eram acatadas pelo nosso ordenamento jurídico, em razão da interpretação da Lei nº 8.666/1993, à luz de amplo fundamento”. Ou seja, a escolha por produtos e serviços sustentáveis já era orientada pela melhoria das condições de vida, bem como pela preservação do meio ambiente.

Decorre das novas leis, assim, notório reforço ao entendimento já antes esposado, no sentido da completa adoção das licitações sustentáveis pelos operadores da Administração Pública, tanto em razão dos princípios ambientais constitucionais, como em razão dos novos normativos legais, mesmo antes da nova redação do art 3º, da Lei n. 8.666/1993. Elas vieram

estimular e consagrar a prática das licitações sustentáveis, ratificando os fundamentos jurídicos anteriores.

3.4 A POLÍTICA PÚBLICA DAS LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

O Estado, na consecução de seus objetivos, elabora políticas públicas permeadas com os valores históricos e legais consubstanciados por sua sociedade. Atualmente, a tendência global é a inserção da sustentabilidade ambiental na ação estatal visando o bem-estar comum, particularmente mediante a utilização das licitações com critérios ambientais.

A sociedade exige agora um novo propósito de vida saudável. Para Bliacheries (2015, p.141) “As licitações sustentáveis são uma das políticas públicas para a preservação do meio ambiente. A introdução de critérios de sustentabilidade ambiental nas contratações públicas representa um novo modelo de agir do Estado que responde a um anseio social”.

3.4.1 A conferência do Rio de Janeiro de 1992 – ECO/92

Essa tendência mundial de preservação do meio ambiente, ainda que tenha se iniciado com a crise do petróleo na década de 1970, ganhou novo fôlego com as mudanças climáticas observadas com o aquecimento global nas décadas de 1980 e 1990. Assim, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro em 1992, popularmente conhecida como ECO-92⁶, foi um marco na consagração do conceito de desenvolvimento sustentável (Portal Brasil, 2016).

Nesta conferência foi elaborado um documento histórico chamado “*Agenda 21*” (Câmara, 1995). Uma de suas principais preocupações foi a integração da questão da sustentabilidade ambiental nas decisões governamentais, particularmente na elaboração de suas políticas públicas. Conforme seu preâmbulo pode-se verificar tal diretriz:

A Agenda 21 está voltada para os problemas prementes de hoje e tem o objetivo, ainda de preparar o mundo para os desafios do próximo século. Reflete um consenso mundial e um compromisso político no nível mais alto no que diz respeito a

⁶A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro em 1992 (ECO-92) produziu os seguintes documentos oficiais: a Carta da Terra; a Convenção sobre Diversidade Biológica; a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação; a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima; a Declaração de Princípios sobre Florestas; a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; e a Agenda 21. (Portal Brasil, 2016)

desenvolvimento e cooperação ambiental. O êxito de sua execução é responsabilidade, antes de mais nada, dos Governos. Para concretizá-la, são cruciais as estratégias, os planos, as políticas e os processos nacionais. (CÂMARA, 1995, p.11)

Ainda no capítulo 4º, verifica-se o núcleo do conceito de licitações sustentáveis, qual seja, a mudança nos padrões de consumo. O teor desse capítulo acaba sendo refletido em todos os demais trechos da Agenda 21, uma vez que possui relação direta com a água, energia, uso do solo, espaços urbanos, florestas, poluição, atmosfera, flora, fauna, etc.

Ainda segundo o item 4.23, deste capítulo, verifica-se as linhas gerais das licitações permeadas com critérios ambientais, especialmente sobre a questão do papel estatal já que os próprios Governos desempenham um papel no consumo, especialmente nos países onde o setor público ocupa uma posição preponderante na economia, podendo exercer considerável influência tanto sobre as decisões empresariais como sobre opiniões do público.

Assim, é de se esperar o exercício da liderança governamental nesse processo sustentável, por meio das aquisições sustentáveis, uma vez que a Administração Pública é um ente consumidor de larga escala, sendo que esse impacto acaba tendo relevância na economia.

3.4.2 As licitações sustentáveis como política pública

Inegável que verificando o teor da Constituição de 1988, e após os compromissos assumidos pelo Brasil em âmbito internacional com relação às questões ambientais, bem como da inserção de dispositivos normativos para a consolidação da sustentabilidade, as licitações sustentáveis ganharam relevância como política pública nacional⁷.

O atual art. 3º da Lei n. 8.666/1993 expressa esta política de maneira que a melhor proposta não é apenas aquela de menor valor, mas sim aquela que, conforme Bliacheris (2015, p.145 e 146) “[...] também está de acordo com as especificações técnicas necessárias para sua utilização, escolhida em processo isonômico de livre e ampla competição [...] preenchidos os requisitos de habilitação exigidos, como a habilitação jurídica, qualificação técnica, [...]”.

Para materializar essa política pública de utilização das licitações sustentáveis o Estado utiliza uma ferramenta chamada de instrumentos de comando e controle. Tal

⁷ Há outra corrente doutrinária que entende que a função fomentadora do Estado torna a licitação mais dificultosa desvirtuando a eficiência das contratações. Segundo o entendimento de Joel de Menezes Niebuhr: “A licitação brasileira é procedimento já por demais complicado. Os editais de licitação desenham verdadeira gincana de documentos, contendo exigências e exigências, muitas delas meramente formais e burocráticas, totalmente dispensáveis. A eficiência em licitação será encontrada na medida em que ela tornar-se mais simples, mais focada no propósito de selecionar a proposta mais vantajosa. (Niebuhr, 2016).

prerrogativa é traduzida pela inserção de exigências ambientais aos produtores pelo Estado, baseados na normatização legal esculpida pela própria Administração Pública. De acordo com Bliacheris (2015, p.148) “Nesse sentido, há clara ação de comando e controle que levará à introdução de critérios obrigatórios de sustentabilidade ambiental nas contratações públicas bem como na atividade econômica privada”.

Por outro lado, ainda que exista essa ferramenta estatal para induzir o comportamento ambiental dos fornecedores, o conceito de sustentabilidade cristalizado no ordenamento jurídico é muito genérico. Seu conteúdo pode ser resumido como o desenvolvimento capaz de satisfazer as necessidades atuais sem comprometer a capacidade das futuras gerações de solucionar suas próprias carências. Observa-se que a definição é aberta, o que exige uma observância estatal no caso concreto, mediante parâmetros científicos e jurídicos. Bliacheris (2015, p.150) alerta que “[...] o enfrentamento e a definição dos parâmetros de sustentabilidade a serem exigidos pelo Estado é um desafio constante para legisladores e administradores, que deverão sopesar os valores jurídicos envolvidos na questão”.

3.4.3 A delimitação do conceito de sustentabilidade e sua concretização

Entre os artifícios que podem ser utilizados na concretização da licitação sustentável como política pública pode ser citada a transversalidade. Tal termo visa a integração das iniciativas políticas dos diversos setores governamentais, ou seja, conceitos sustentáveis do Ministério da Agricultura, e da Indústria podem reforçar a concretização dos termos das licitações sustentáveis, entre outros exemplos.

A análise do ciclo de vida dos produtos também é outro artifício muito importante para delimitar melhor o conceito de meio ambiente sustentável nas licitações públicas. Essa verificação deve levar em conta todas as fases da vida de um produto, desde antes de sua produção até o destino final de seus rejeitos.

De acordo com a doutrina de Bliacheris (2015, p.153) “A ação do ciclo de vida leva em conta o impacto ambiental do produto em todos os seus estágios, desde o nascimento, até o túmulo (disposição final), com o propósito de minimizar ao máximo o dano ambiental”.

Trata-se de um critério muito importante pois somente conhecendo-se o ciclo de vida inteiro do produto pode-se sair da armadilha do menor preço imediato, afinal o custo acompanha-o por toda a sua utilização, podendo-se aferir seu impacto ambiental na escolha da proposta mais vantajosa por ocasião da licitação sustentável.

Como último artifício pode-se citar a questão da ecoeficiência. É um tema semelhante ao anterior, porém a ênfase fica na comparação entre o atingimento do fim público com a menor consumo dos recursos naturais necessários à geração do produto, bem como no seu melhor desempenho como consumidor energético. São satisfatórios aqueles produtos que consomem menos, porém tenham preços competitivos e proporcionem a finalidade pública necessária. De acordo com o art. 6º, V, da Lei n. 12.305/2010:

[...] a ecoeficiência, mediante a compatibilização entre o fornecimento, a preços competitivos, de bens e serviços qualificados que satisfaçam as necessidades humanas e tragam qualidade de vida e a redução do impacto ambiental e do consumo de recursos naturais a um nível, no mínimo, equivalente à capacidade de sustentação estimada do planeta (BRASIL, 2010)

Verificada a obrigação da proteção ambiental pelo Estado mediante a ferramenta de comando e controle, há outra vertente de atuação estatal ambiental que é o instrumento do incentivo econômico, no qual o Poder Público induz o comportamento econômico da sociedade.

Trata-se da função fomentadora do Estado, que pode ser observada na indução que o grande volume de aquisições governamentais produz na cadeia produtiva. Tal comportamento cumpre o papel de consolidar e colocar em prática a base legal e principiológica das contratações sustentáveis, fatos que serão analisados no próximo capítulo deste texto.

4 A FUNÇÃO FOMENTADORA DO ESTADO NAS LICITAÇÕES

A contratação pública deve ser orientada pela ordem constitucional devendo assim obedecer aos seus princípios e buscar a concretização dos objetivos estabelecidos, entre eles, a defesa do meio ambiente. Desta maneira torna-se importante analisá-la como instrumento de fomento público.

4.1 O PAPEL DO ESTADO NAS COMPRAS

Segundo o sítio da *internet* de compras sustentáveis do Governo Federal (Portal, 2016), o poder de compra do Estado representa pelo menos 10% do PIB brasileiro, podendo esse percentual chegar a 15%. As compras governamentais afetam setores importantes da economia e têm um grande poder de influenciar os rumos do mercado. Cabe ao governo, como grande comprador, além de dar o exemplo, estimular uma economia que conforme o Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho (Conselho, 2014): “[...] resulta em melhoria do bem-estar humano e equidade social, ao mesmo tempo em que gera valor para a Natureza, reduzindo significativamente os impactos e riscos sociais e ambientais e a demanda sobre recursos escassos do ecossistema e da sociedade”.

De acordo com Bittencourt (2014) tal realidade permite afirmar que o impacto econômico causado pelas compras e contratações realizadas pelo governo e seu poder de indução do mercado constituem fatores chave para a implementação de compras públicas sustentáveis.

Nesse sentido, dispõe o Guia de Compras Públicas Sustentáveis para a Administração Federal:

[...] as autoridades públicas, como consumidores de grande escala, podem incentivar a inovação, estimular a competição na indústria, garantindo, aos produtores, retornos pelo melhor desempenho ambiental de seus produtos, através da demanda do mercado ou de incentivos concretos. (FORESTI, 2014, p.11)

Logicamente somente um órgão, ao adquirir produtos ou contratar serviços sustentáveis, não consegue modificar o comportamento do mercado, entretanto várias autoridades públicas, que adotam essa política e combinam sua capacidade e poder de compra podem obter resultados concretos. Essa sistemática exerce um papel relevante uma vez que a escolha livre pela sustentabilidade tem mudado consideravelmente a estrutura de mercado.

Destaca-se que o impacto econômico desse poder de compra no mercado resultou em uma mudança de paradigma nas compras públicas. Antes, o paradigma era a eficiência – comprar mais rápido pelo menor custo possível. Hoje, a nova política deve considerar o uso do poder de compra do Estado, em aquisições de segmentos estratégicos e relevantes para o desenvolvimento econômico e social sustentável.

O novo paradigma das contratações públicas é a combinação da eficiência com o uso do poder de compra do Estado. É a contratação pública como instrumento de fomento público, regulador da ordem econômica.

Para Requi (2012), os governos exercem um papel indutor na economia ao criar leis, incentivos, impostos, mas também, sendo os consumidores mais ativos do mercado. Os agentes do poder público são responsáveis por gerir o bem público com eficiência e ao mesmo tempo buscar a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

De acordo com Coelho (2014) se a maioria dos compradores públicos optar por produtos mais sustentáveis, uma demanda maior estimulará uma oferta maior, que conduzirá por sua vez a um preço mais baixo. Aquisições públicas podem ajudar a criar um grande mercado para negócios sustentáveis, aumentando as margens de lucro dos produtores por meio de economias de escala e reduzindo seus riscos. Além disso, as autoridades públicas, atores poderosos no mercado, podem incentivar a inovação e, consequentemente, estimular a competição da indústria, garantindo aos produtores recompensas pelo melhor desempenho ambiental de seus produtos, por meio da demanda do mercado de incentivos concretos.

De acordo com o Relatório de Diretrizes aos Planos de Gestão de Logística Sustentável do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG, 2013), a empresa é o motor da inovação, mas os governos precisam fornecer sinais claros e estáveis de mercado, operando em parceria para fazer isso acontecer. As tecnologias podem ser caras e os investimentos precisam ser compensados e incentivados. Os governos podem tornar esses investimentos mais viáveis, por meio de instrumentos econômicos e fiscais.

Otimizar processos internos e promover um desenvolvimento mais sustentável por meio do poder de compra governamental é uma questão estratégica, que além do potencial de fomentar um mercado inovador e de menor impacto, aborda questões emergentes e urgentes como: a mudança climática; o consumo excessivo que não considera a capacidade de suporte do planeta; a busca por menor desigualdade socioeconômica; e a melhoria da qualidade de vida em um mundo cada vez mais urbanizado.

Daniel Ferreira entende que a busca pelo desenvolvimento nacional sustentável nas contratações públicas é, em verdade, o cumprimento da “função social” da licitação, a qual deve ser reconhecida como aspecto inerente:

[...] ao regular exercício da função administrativa, que tem por escopo a satisfação concreta dos interesses públicos, como previstos na Constituição e nas leis, e em regime de concomitância, sempre que possível, em qualquer estado democrático e republicano, tal qual o Brasil. (FERREIRA, 2010. p.50)

A contratação pública deve deixar de ser vista unicamente como um processo administrativo para a contratação de bens, serviços e obras e passar a ser instrumento de fomento público, de modo a utilizar o poder de compra do Estado como ferramenta para a regulação da ordem econômica. Nessa medida, portanto, deve promover o desenvolvimento nacional sustentável e implementar políticas ambientais e sociais. Conforme consta nas linhas gerais da Declaração Final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20) em 2012 (ONU, 2012): “As compras públicas são um instrumento fundamental para se avançar na construção de uma economia mais verde e inclusiva”.

O direcionamento sustentável que o poder público fomenta na sociedade gera também outras conseqüências como o desenvolvimento da educação ambiental de seus servidores, indução de políticas de crédito ambientalmente responsáveis, gestão responsável do orçamento público, além de mobilizar a agenda das empresas privadas, com reflexos em diversas cadeias produtivas.

Ainda no âmbito desses reflexos, os atributos da sustentabilidade podem induzir a redução dos preços, tendo em vista a produção em escala, além disso os fornecedores podem ocupar novas posições no mercado, otimizando suas margens de lucro. De acordo com Betiol et al (2012, p.68) “[...] os empreendedores privados embarcam na onda de utilizar o poder de compra para aumentar espaços no mercado e influenciar melhores padrões de sustentabilidade e eficiência no uso de recursos naturais”.

A mudança de padrões nas aquisições públicas não faz sentido sem o empurrão das compras governamentais como instrumento indutor, sustentado por um marco legal claro e específico. Especificamente em relação às políticas ambientais, a legislação federal vem reconhecendo as contratações públicas como instrumento de fomento público para concretização das políticas públicas, na medida em que determina a inclusão de critérios ambientais e tratamento diferenciado nas contratações. A expectativa é que o Decreto Federal n. 7.746/2012 traga uma maior segurança jurídica tanto aos servidores públicos nos processos

licitatórios, bem como ao setor privado no direcionamento de investimentos rumo ao modelo de produção sustentável.

Por outro lado, somente a mudança da legislação não é capaz, por si só, de modificar o comportamento mercantil. O empresariado modifica suas estruturas mediante a produção de escala, assim a legislação deve ser flexível o bastante para não comprometer o equilíbrio entre emprego e renda. A principal dificuldade do Governo ainda é definir critérios e cancelar o que é produto sustentável – tarefa a cargo da Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública (CISAP), estabelecida pelo Decreto n. 7.746/2012. Trata-se de um processo evolutivo, no qual o Poder Público induz ao redirecionamento gradativo de investimentos privados nas práticas sustentáveis.

Essa interface entre o Governo e o mercado deve ser permeada com muita comunicação e diálogo, pois envolve diversos setores de ambos os atores. A postura pública deve ser franca e transparente a fim de gerar segurança ao empresariado. Conforme Betiol et al (2012, p.38) “[...] o poder público deve comunicar ao mercado, com antecedência, o quanto e o que pretende comprar ao longo de determinado período. Se emitir sinais claros, firmes e crescentes, o mercado responderá à demanda de maneira mais consistente”.

O atingimento da meta de compras sustentáveis públicas é um jogo de composição de forças, por um lado temos o Governo que exige novos critérios ambientais nos materiais e serviços, por outro há a barganha do setor privado em exigir incentivos e compensações financeiras para cobrir o investimento em inovação e certificação ambiental. Nesse diapasão, inclusive há estudos por parte da Administração Pública na isenção de tributos em certas cadeias de produção.

Na realidade segundo Betiol *et al* (2012, p.40), na sua obra sobre compra sustentável: “Os órgãos públicos federais precisam cumprir a nova obrigação legal de inserir critérios de sustentabilidade em suas compras e contratações, enquanto as empresas mais dinâmicas deverão fazer investimentos e se reinventar para atender a essa nova demanda”.

4.2 O ENGAJAMENTO DAS EMPRESAS

Além do poder de força governamental na indução da produção privada sustentável, as empresas desempenham papel fundamental nesse processo. Entretanto, tal prática, para obter eficácia, necessita do engajamento do empresariado, afinal eles que são os responsáveis por

colocar à disposição do comprador o produto ou serviço que atenda aos critérios de sustentabilidade ambiental.

Tal atitude inovadora também é muito incentivada pelas conferências mundiais sobre meio ambiente. Interessante foi o posicionamento da Declaração Final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20):

46. Reconhecemos que a implementação do desenvolvimento sustentável dependerá do envolvimento ativo dos setores público e privado. Reconhecemos que a participação ativa do setor privado, nomeadamente através da importante ferramenta de parcerias público-privadas, pode contribuir para a realização do desenvolvimento sustentável. Apoiamos a operacionalização de estruturas nacionais, especialmente na área regulamentar que permitam ao comércio e à indústria adotar iniciativas em matéria de desenvolvimento sustentável, tendo em conta a importância da responsabilidade social. Fazemos um apelo para que o setor privado se engaje em práticas empresariais responsáveis, tais como as promovidas pelo Pacto Global da ONU. (ONU, 2012)

No ramo empresarial o objetivo maior é a auferição de lucro. Tal meta pode ser obtida de diversas maneiras, sendo que a maneira mais eficaz é utilizar o maior preço de venda possível, fator esse que fica limitado pela concorrência. A segunda modalidade é a economia na compra de insumos a serem utilizados na cadeia de produção. De acordo com Betiol et al (2012, p.71) “A aquisição de bens e serviços pode representar mais de 50% dos gastos de uma empresa, podendo ultrapassar a marca dos 80% em setores como o varejo e das indústrias eletrônica e automotivas”. Tendo em vista esse volume expressivo, mediante o poder de barganha, a demanda por produtos sustentáveis pode ser induzida pela competição interna no ciclo de produção entre os próprios empresários.

Inegavelmente, ainda que o lucro seja o foco das organizações empresariais, há uma tendência mundial para a responsabilidade ambiental no mercado de bens e serviços. A imagem e visibilidade de uma empresa ficam muito prejudicadas no caso do não atendimento aos conceitos de sustentabilidade. Atualmente a própria consciência dos empresários permite que sejam adotadas práticas de redução do desmatamento, do consumo energético, da geração de resíduos tóxicos, além da própria adoção de projetos sociais em prol de comunidades menos favorecidas.

Nessa perspectiva internacional de engajamento empresarial foi criado pela ONU o “Pacto Global” (ONU, 2010) que é uma iniciativa com o objetivo de mobilizar a comunidade empresarial internacional para a adoção, em suas práticas de negócios, de valores fundamentais e internacionalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Um dos documentos desse compromisso internacional é “Sustentabilidade da Cadeia de Suprimentos - um Guia Prático para

Aprimoramento Contínuo”. Nele pode-se observar a valorização da cadeia de produção em prol do meio ambiente sustentável:

Existem inúmeras razões pelas quais as empresas se aventuram em uma jornada em prol da sustentabilidade da cadeia de suprimentos. Entre elas, a garantia do cumprimento das leis e regulamentos é essencial, assim como a adesão e o suporte a princípios internacionais de uma conduta empresarial sustentável. Além disso, as empresas estão cada vez mais tomando medidas de melhor impacto social, econômico e ambiental, pois isso é o que a sociedade espera e porque existem benefícios em fazê-lo. (ONU, 2010. p.6)

Ainda conforme o Pacto Global, a busca pelas práticas sustentáveis pode ser atingida mediante três direcionadores. O primeiro é a gestão de riscos, onde devem ser tomadas as ações de minimização de interrupções nos negócios por conta de impactos ambientais, além da proteção da reputação e do valor da marca da empresa. A gestão de riscos além de ser verificada pela própria empresa pode ser analisada pelos seus próprios clientes. O segundo é a busca pela eficiência, que deve ser orientada pela redução do custo dos insumos materiais, energia e transporte, aliada ao aumento da produtividade do trabalho. Já o terceiro é a criação de produtos sustentáveis a fim de atender às crescentes demandas de clientes e de parceiros empresariais, além da inovação para a mudança de mercado.

A causa da preservação ambiental não é mais exclusividade dos ambientalistas, trata-se de um tema que permeia todas as atividades humanas. Não basta apenas a maximização do lucro, o momento atual é de produzir com responsabilidade, envolvendo a inovação e reconhecendo os fornecedores como elos estratégicos na busca pela sustentabilidade.

Ainda que o setor de aquisições de uma empresa seja o mais apropriado a induzir a cadeia de produção sustentável, os diversos setores da empresa devem estar envolvidos em tal atividade. A responsabilidade ambiental envolve a função de marketing, comunicação, recursos humanos, finanças, ou seja, necessita do engajamento de todos, uma vez que o viés ecológico origina-se de uma decisão estratégica empresarial. De acordo com Betiol et al (2012, p.72) “Essas decisões são estratégicas por conectar a empresa a toda a sua cadeia e por possuir interfaces com diversas áreas da organização”.

4.3 A IMPORTÂNCIA DA PRODUÇÃO LOCAL

Outra questão central no engajamento do setor privado é a diversificação das pessoas jurídicas participantes do processo. Não se trata apenas de uma prática aplicada aos grandes empresários. É de suma importância a participação dos pequenos empreendedores locais uma

vez que todos estão conectados na cadeia de produção. Para estes atores as práticas sustentáveis podem até mesmo se tornar um diferencial no seu negócio proporcionando novos nichos comerciais, especialmente diante da Lei Complementar n. 123/2006, que garante reserva de mercado às micro e pequenas empresas para vender ao poder público. Segundo Betiol et al (2012, p.74) “A prioridade é a ecoeficiência para reduzir custo e aumentar a competitividade dos pequenos negócios atrelados à cadeia dos grandes”.

Ainda que o ideal seja a diversificação dos fornecedores com práticas sustentáveis, muitos entraves surgem nesse processo, geralmente relacionados à problemas de infraestrutura como a logística, além da questão da produção em largas escalas e o monopólio exercido por marcas de renome internacional. Para dirimir tais controvérsias surge o poder estatal na valorização desses fornecedores, mediante margens de preferência nas aquisição com fornecedores locais. Um exemplo claro é a Lei n. 11.947/2009 que trata da aquisições de gêneros alimentícios para a alimentação escolar:

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. (BRASIL, 2009)

Verifica-se a preocupação da Administração Pública para os fornecedores menos favorecidos, tudo com o intuito de induzir a diversificação dos fornecedores. Inclusive tais iniciativas acabam promovendo a geração de renda e a inclusão social, fatores que estão inseridos no conceito de sustentabilidade.

Atualmente o próprio consumidor, ciente de sua responsabilidade ambiental, também está mais criterioso na aquisição de bens e serviços que não agriam o meio ambiente. Existe inclusive a sistemática do rastreamento da origem do produto de maneira a excluir produtores poluentes e desconectados com a causa ambiental. Outra tendência crescente é a procura por produtos alimentícios orgânicos, sem utilização de agrotóxicos, ou seja, é a consciência ecológica cada vez mais influente na decisão de compra, tanto pública como privada. Conforme Betiol et al (2012) hoje os clientes estão mais interessados em saber onde e por quem os produtos foram fabricados.

Outras vantagens dos fornecedores locais são a redução de embalagens na proteção dos produtos adquiridos, particularmente, gêneros alimentícios; a diminuição da inserção de aditivos químicos na conservação já que eles são consumidos em menor espaço de tempo;

além da diminuição do uso de combustíveis fósseis já que os fretes de longa distância não são necessários.

Com a pressão atual da responsabilidade ecológica até mesmo os grandes empresários estão revendo a postura de inviabilizar os negócios dos produtores locais. Assim, eles começaram a articular novos negócios com esses pequenos empresários que adotam práticas sustentáveis, tudo com o intuito de atender as novas demandas dos consumidores finais. Logicamente é um processo em evolução de maneira que ainda há um desequilíbrio que pende para o poder de compra das grandes corporações em detrimento das necessidades locais, porém a tendência nesse processo é a constante valorização da produção local que agrida menos o meio ambiente.

O gerenciamento de todos esses fatores é um grande desafio para as corporações, uma vez que é difícil a conciliação entre os interesses lucrativos, o desenvolvimento sustentável, as normas legais, e os interesses individuais dos colaboradores. Tais premissas estão no centro das discussões atuais sobre o engajamento empresarial na sustentabilidade, porém mesmo diante de tais adversidades o processo tem evoluído, conforme Betiol et al (2012, p.83) “Diversos setores vêm desenvolvendo ações para disponibilizar produtos com atributos de sustentabilidade e têm empreendido iniciativas em busca de eficiências e inovação”.

Nessa seara evolutiva uma das estratégias é o aumento do diálogo entre os próprios fornecedores a fim de compor uma estratégia de fornecimento de bens e serviços permeada pela equidade. Tal contexto faz surgir o termo “valor compartilhado” que seria uma maneira das empresas mais fortes compartilharem insumos e tecnologia aos fornecedores marginalizados. Essa prática melhora a produtividade dos pequenos fornecedores de maneira a baratear custos conduzindo a uma cadeia produtiva mais eficiente e por consequência mais ecológica e sustentável.

Dentro do conceito de sustentabilidade, há a questão do desenvolvimento da comunidade local em torno das atividades potencialmente poluidoras, assim de acordo com o manual de compra sustentável da Fundação Getúlio Vargas:

[...] à medida que os fornecedores se fortalecem, além de haver ganhos sociais, os custos ambientais podem diminuir, o que aumenta ainda a sua eficiência. [...] quando as empresas compram localmente, seus fornecedores ficam mais fortes, aumentar os seus lucros, contratar mais pessoas e pagar melhores salários. (BETIOL, 2012, p.98)

Sendo assim, verifica-se a importância dos fornecedores no processo de transformação das aquisições de bens e serviços sustentáveis, particularmente os pequenos empresários locais – agentes potencialmente indutores do desenvolvimento sustentável.

4.4 O DESENVOLVIMENTO DE FORNECEDORES

Mesmo que os órgãos públicos adquirentes tenham a iniciativa de aquisições sustentáveis, ainda não existe uma quantidade razoável de fornecedores capazes de atender os critérios ambientais em seus bens e serviços. Nesse ponto entra o conceito de desenvolvimento de fornecedores, que tem os objetivos de garantir a existência de um mercado competitivo que atenda a requisitos de alto padrão em sustentabilidade; desenvolver um mercado local competitivo; e atender a demanda da Administração Pública sem prejudicar o mercado.

Para atingir tal meta algumas ações podem ser adotadas como o diálogo constante do adquirente com o fornecedor, mediante ferramentas como o “*feedback*”; a ética e a transparência nesse contato; a estruturação de canais de interação concretos e conectados com a rede mundial de computadores - *internet*, por exemplo um fórum permanente e um portal *online* que permitam a consulta por melhores práticas na área; etc.

Tais plataformas digitais são eficazes meios para a elaboração conjunta de critérios ambientais rumo à produção e fornecimento sustentáveis, inclusive mediante a intervenção de terceiros atores de modo a contribuir no processo, como organizações não-governamentais, SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), ou institutos de pesquisa. Ainda segundo o entendimento de Betiol et al (2012, p.116) “O poder público também pode trabalhar no engajamento com potenciais fornecedores, seja diretamente por meio de audiências e consultas públicas, em que se convocam os fornecedores para apresentar o que o setor público passará a cobrar de seus fornecedores”.

O Governo Federal, nesse sentido disponibiliza o sítio da *internet* “Compras Sustentáveis” (Compras, 2016) que disponibiliza diversas plataformas de apoio ao fornecedor como um banco de dados de editais e termos de referência sustentáveis; notícias e eventos de capacitação; um fórum para administradores públicos, tomadores de decisão, compradores e sociedade, compartilhem e divulguem conhecimento, experiências e boas práticas sobre compras públicas sustentáveis no Brasil; além de um banco de dados com boas práticas realizadas por órgãos públicos que minimizam os impactos ambientais.

Um outro exemplo recente foi a organização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, na cidade do Rio de Janeiro. Uma das marcas dessas competições esportivas foi a importância da sustentabilidade, isso incluía a aquisição de produtos e serviços com critérios ambientais. Entretanto, os organizadores observaram que o mercado brasileiro não tinha a

capacidade necessária para atender a grande demanda dos Jogos. A partir dessa constatação foi criado o sítio na *internet* “Portal de Suprimentos Rio 2016” (Portal, 2016), com foco no desenvolvimento dos fornecedores.

Assim como o portal de compras sustentáveis do governo federal, o sítio dos Jogos de 2016 disponibilizou diversas informações necessárias aos fornecedores se capacitarem às demandas de aquisições do comitê organizador. Uma inovação foi a disponibilização de diversos guias sobre as características exigidas para vários grupos de materiais, por exemplo:

Tendas sustentáveis: apresenta um panorama das tendas convencionais e materiais de estrutura e vedação alternativos e sustentáveis, além de trazer propostas para a dissolução das mesmas.

Sustentabilidade para pisos esportivos: apresenta os pisos das instalações dos Jogos Rio 2016 (grama natural, grama sintética, areia e borracha) e as alternativas para uso e dissolução.

Sustentabilidade para plásticos: apresenta a utilização convencional dos plásticos nos Jogos Rio 2016, as alternativas sustentáveis e a dissolução mais adequada. (COMITÊ, 2014, p.12)

Ainda, de acordo como o sítio oficial dos Jogos na *internet* (Rio, 2016), para auxiliar no desenvolvimento da cadeia de suprimentos, a organização firmou um acordo de cooperação técnica com o SEBRAE para a qualificação de potenciais fornecedores com a previsão de alcançar cerca de dois mil micro e pequenos empreendimentos.

Com os exemplos verificados, observa-se o papel essencial dos adquirentes no desenvolvimento de fornecedores, pois eles acabam, de acordo com Betiol et al (2012, p.115) “[...] contribuindo para que esses sejam capazes de atender à demanda de maneira adequada, de melhorar continuamente seus produtos e serviços, bem como de não torná-los dependentes, incentivando-os a fornecer para outras instituições”. Além disso, observa-se que a estimulação do aperfeiçoamento dos fornecedores é maximizada quando o comprador demonstra e sinaliza quais os critérios ambientais são vitais em suas necessidades, mediante a transparência e diálogo entre as partes.

Como uma outra estratégia voltada ao desenvolvimento dos potenciais empresários fornecedores, pode-se citar o investimento em pesquisa e desenvolvimento em novos atributos de sustentabilidade, além da utilização de institutos de política tributária na desoneração de certos insumos. O Governo pode materializar tais práticas, segundo o entendimento de Betiol et al (2012, p.116) “[...] sinalizando ao mercado a existência de nichos para o surgimento de novos padrões produtivos, bem como trabalhando com a função extrafiscal dos tributos para fomentar determinado tipo de produto ou serviço”.

Superadas essas questões da função de proteção ambiental e fomento por parte do Estado, cabe uma análise do modo de inserção dos critérios ambientais nas licitações sustentáveis. Apesar de já existirem manuais com orientações específicas nesse sentido ainda trata-se de uma tarefa nova, com uma regulamentação ainda vaga. Assim cabe ao gestor da contratação a utilização da proporcionalidade e razoabilidade de modo a não frustrar outros princípios implícitos no ordenamento jurídico como a isonomia e a proteção ambiental.

Desta maneira, para verificar na prática como os gestores públicos estão inserindo os critérios ambientais nas licitações sustentáveis, o próximo capítulo se dedica a um estudo de caso, utilizando-se o método de abordagem análise de conteúdo. Serão analisados 50 (cinquenta) pregões eletrônicos para verificar o grau de adesão às licitações sustentáveis, bem como o modo de inclusão dos critérios de sustentabilidade ambiental por órgãos públicos federais localizados em Florianópolis-SC no biênio 2015/2016.

5 ESTUDO DE CASO SOBRE LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Diante do novo quadro de modificações legais referentes aos critérios de sustentabilidade ambiental nas licitações públicas, foi realizada uma pesquisa de campo para observar se essas modificações teóricas acabaram sendo refletidas na prática, ou seja, na contratação de materiais e serviços sustentáveis. Assim, foi realizado um estudo de caso sobre a adoção de critérios de sustentabilidade ambiental por órgãos públicos federais localizados em Florianópolis-SC no biênio 2015/2016.

5.1 METODOLOGIA DA PESQUISA

O método de abordagem utilizado foi análise de conteúdo⁸.

O procedimento utilizado foi o estudo de caso, assim foram analisados 50 (cinquenta) pregões eletrônicos onde se verificou a adoção de critérios de sustentabilidade ambiental por órgãos públicos federais localizados em Florianópolis-SC no biênio 2015/2016.

Optou-se pela modalidade de licitação chamada pregão eletrônico, pois é a modalidade mais usualmente utilizada pela Administração Pública Federal⁹. Além disso, é o procedimento mais adequado para a aquisição de materiais e contratação de serviços comuns, abrangendo assim um universo maior de editais de licitação. Conforme o Decreto 5.450/2005:

Art. 1º A modalidade de licitação pregão, na forma eletrônica, de acordo com o disposto no § 1º do art. 2º da Lei no 10.520, de 17 de julho de 2002, destina-se à aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito da União, e submete-se ao regulamento estabelecido neste Decreto.

Parágrafo único. Subordinam-se ao disposto neste Decreto, além dos órgãos da administração pública federal direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União. (BRASIL, 2005)

Como técnica foram utilizadas a coleta e análise qualitativa dos 50 editais de licitações para a pesquisa. A coleta dos editais de pregão eletrônico foi realizada na rede mundial de computadores, mediante busca avançada no sítio eletrônico de contratações do Governo Federal (Brasil, 2016). Todos os editais coletados são públicos e disponibilizados nesse

⁸A análise de conteúdo consiste em um método que utiliza um conjunto de técnicas de análise de dados, que tem como objetivo ultrapassar as incertezas e enriquecer a leitura dos dados coletados. De acordo com Chizzotti (2006, p. 98), “o objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas”.

⁹Conforme os dados disponibilizados na internet no portal Brasil, em 2014, o pregão eletrônico foi aplicado em 77% das licitações do setor, movimentando R\$ 4,66 bilhões. Na comparação dos últimos dois anos, a modalidade apresentou um crescimento de 21%. (Portal Brasil, 2016)

endereço eletrônico, satisfazendo assim ao princípio da transparência, além de permitir o controle por parte da sociedade.

Para chegar a uma amostra representativa foram selecionados 13 (treze) órgãos públicos federais sediados em Florianópolis-SC que refletem diversas necessidades de materiais e serviços. Os órgãos selecionados foram a Base Aérea de Florianópolis; o Hospital de Guarnição de Florianópolis; o 63º Batalhão de Infantaria; o Comando da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada; a Escola de Aprendizes Marinheiros de Santa Catarina; a Fundação Nacional de Saúde; a Universidade Federal de Santa Catarina; o Hospital Universitário; o Tribunal Regional Eleitoral; a Justiça Federal de 1ª Instância; o Instituto Nacional de Seguridade Social; o Instituto Federal de Santa Catarina; e a Inspeção da Receita Federal.

Ainda, para fins de sistematizar a coleta, foram selecionadas 6 (seis) classes de materiais e serviços comuns que são adquiridas pela maioria dos órgãos públicos: material de limpeza e higiene; serviço de limpeza e/ou coleta de resíduos; materiais de consumo diversos; gêneros de alimentação; material permanente; e material para manutenção predial, conforme tabela:

Material de limpeza e higiene		Gêneros de alimentação	
Órgão	Nº do pregão	Órgão	Nº do pregão
Base Aérea de Florianópolis	01/2016	Base Aérea de Florianópolis	62/2015
Hospital de Guarnição de Florianópolis	17/2015	Comando da 14ª Brigada de Infantaria	03/2016
Fundação Nacional de Saúde	09/2015	Hospital de Guarnição de Florianópolis	10/2016
Universidade Federal de Santa Catarina	09/2015	Escola de Aprendizes Marinheiros de SC	11/2016
Hospital Universitário	01/2016	Universidade Federal de Santa Catarina	182/2015
Tribunal Regional Eleitoral	32/2016	Universidade Federal de Santa Catarina	354/2015
Escola de Aprendizes Marinheiros de SC	06/2016	Hospital Universitário	221/2015
Hospital Universitário	139/2016	Hospital Universitário	129/2016
Serviço de limpeza e/ou coleta de resíduos		Material permanente	
Órgão	Nº do pregão	Órgão	Nº do pregão
Comando da 14ª Brigada de Infantaria	06/2014	Comando da 14ª Brigada de Infantaria	05/2016
Justiça Federal de 1ª Instância	59/2014	Universidade Federal de Santa Catarina	203/2016
Justiça Federal de 1ª Instância	15/2015	Tribunal Regional Eleitoral	37/2016
Universidade Federal de Santa Catarina	31/2016	Base Aérea de Florianópolis	07/2016
Tribunal Regional Eleitoral	139/2015	Tribunal Regional Eleitoral	59/2015
Justiça Federal de 1ª Instância	04/2015	Instituto Federal de Santa Catarina	66/2016
Tribunal Regional Eleitoral	58/2016	Instituto Federal de Santa Catarina	155/2015
Tribunal Regional Eleitoral	27/2015	Universidade Federal de Santa Catarina	46/2015
Materiais de consumo diversos		Material para manutenção predial	
Órgão	Nº do pregão	Órgão	Nº do pregão
Tribunal Regional Eleitoral	06/2015	63º Batalhão de Infantaria	01/2016
Justiça Federal de 1ª Instância	11/2015	Justiça Federal de 1ª Instância	78/2014
Universidade Federal de Santa Catarina	370/2014	Justiça Federal de 1ª Instância	39/2015
Tribunal Regional Eleitoral	18/2015	Tribunal Regional Eleitoral	08/2015
Base Aérea de Florianópolis	23/2015	Tribunal Regional Eleitoral	53/2015
Comando da 14ª Brigada de Infantaria	01/2016	Hospital de Guarnição de Florianópolis	13/2015
Instituto Nacional de Seguridade Social	01/2016	Universidade Federal de Santa Catarina	30/2016
Instituto Federal de Santa Catarina	06/2016	Justiça Federal de 1ª Instância	18/2015
Escola de Aprendizes Marinheiros de SC	06/2016	Justiça Federal de 1ª Instância	65/2015

A análise dos editais consistiu em verificar a especificação de cada material ou serviço constante do termo de referência no que tange respeito à inserção de critérios de sustentabilidade.

Atualmente, além dos marcos legais e regulamentares sobre as contratações sustentáveis, já existem guias práticos de confecção de editais de licitação sustentáveis que auxiliam na descrição do item a ser licitado. Como parâmetro de análise dos 50 (cinquenta) editais selecionados foram observadas as orientações do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho (Conselho, 2014), e do Guia Prático de Licitações Sustentáveis da Consultoria Jurídica da União (AGU, 2013). Tais manuais serviram de base para a análise dos critérios ambientais nos editais selecionados¹⁰.

5.2 VERIFICAÇÃO DA INCLUSÃO DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE NOS EDITAIS DE LICITAÇÕES COLETADOS.

A análise dos critérios foi dividida de acordo com a classe e o tipo de materiais.

5.2.1 Materiais de limpeza e higiene

Dos 50 (cinquenta) editais selecionados, 08 (oito) corresponderam à aquisição de materiais de higiene e limpeza. Nesse tipo de aquisição podem ser observados 06 (seis) critérios sustentáveis de acordo com a classe do material. Os seguintes critérios foram verificados:

5.2.1.1 *Produtos concentrados*

Nos produtos concentrados os gastos ambientais são bem menores por usar menos matéria-prima em sua composição. Menos água é usada na produção além da energia ser poupada em comparação com o transporte de um objeto maior (AGU, 2013; Conselho, 2014).

Eles ainda reduzem a quantidade de plástico novo no meio ambiente, bem como o descarte incorreto desses recipientes.

¹⁰Atualmente ainda não há um modelo federal padronizado para a especificação detalhada de materiais e serviços sustentáveis. Observa-se, entretanto, a edição, setorizada por órgãos públicos, de guias de práticas de contratações sustentáveis, sendo que tais documentos acabam servindo de parâmetro para aqueles que não possuem o seu próprio guia.

Produtos Concentrados			
Nr	Pregão eletrônico nº	Inserido ?	Modo de inserção
01	01/2016 da Base Aérea de Florianópolis	NÃO	-
02	17/2015 do Hospital da Guarnição de Florianópolis	SIM	Foi inserida nos itens nº 29 (limpa pneu), e nº 75 (detergente) a característica concentrado.
03	09/2015 da Fundação Nacional de Saúde	Não se aplica	Não foram licitados itens que pudessem contemplar tal critério.
04	09/2015 da Universidade Federal de Santa Catarina	NÃO	-
05	01/2016 do Hospital Universitário	SIM	Foi inserida no item nº 03 (amaciante concentrado líquido) a característica de produto concentrado.
06	32/2016 do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina	Não se aplica	Não foram licitados itens que pudessem contemplar tal critério.
07	06/2016 da Escola de Aprendizes Marinheiros de SC	NÃO	-
08	139/2016 do Hospital Universitário	SIM	Foi inserida no item nº 05 (detergente neutro) a característica de produto concentrado.

5.2.1.2 Sabão e detergentes com fósforo

É adequada a utilização de sabão em barra e detergentes em pó preferencialmente à base de coco ou isentos de fósforo e, quando inexistentes no mercado, exigência de comprovação de teor que respeite o limite máximo de concentração de fósforo, conforme Resolução CONAMA nº 359/2005 (AGU, 2013; Conselho, 2014). A presença de fósforo nesses produtos é uma das principais causas da grande quantidade de algas nas represas abastecedoras de água residencial. Essas algas, além de alterarem o gosto da água, são potencialmente tóxicas.

Sabão e detergentes com fósforo			
Nr	Pregão eletrônico nº	Inserido ?	Modo de inserção
01	01/2016 da Base Aérea de Florianópolis	SIM	O pregão contemplou na página 31 do edital a aquisição de detergente em pó que obedece ao limite de concentração de fósforo.
02	17/2015 do Hospital da Guarnição de Florianópolis	NÃO	-
03	09/2015 da Fundação Nacional de Saúde	Não se aplica	Não foram licitados itens que pudessem contemplar tal critério.

Sabão e detergentes com fósforo			
04	09/2015 da Universidade Federal de Santa Catarina	NÃO	-
05	01/2016 do Hospital Universitário	NÃO	-
06	32/2016 do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina	Não se aplica	Não foram licitados itens que pudessem contemplar tal critério.
07	06/2016 da Escola de Aprendizizes Marinheiros de SC	NÃO	-
08	139/2016 do Hospital Universitário	NÃO	-

5.2.1.3 Esponjas à base d'água ou vegetais

Agridem menos o meio ambiente as esponjas fabricadas com solventes à base d'água, já que as esponjas comuns são feitas com um material de difícil reciclagem, o poliuretano, tipo de plástico derivado do petróleo (AGU, 2013; Conselho, 2014).

Esponjas à base d'água ou vegetais			
Nr	Pregão eletrônico nº	Inserido ?	Modo de inserção
01	01/2016 da Base Aérea de Florianópolis	NÃO	-
02	17/2015 do Hospital da Guarnição de Florianópolis	NÃO	-
03	09/2015 da Fundação Nacional de Saúde	Não se aplica	Não foram licitados itens que pudessem contemplar tal critério.
04	09/2015 da Universidade Federal de Santa Catarina	Não se aplica	Não foram licitados itens que pudessem contemplar tal critério.
05	01/2016 do Hospital Universitário	Não se aplica	Não foram licitados itens que pudessem contemplar tal critério.
06	32/2016 do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina	Não se aplica	Não foram licitados itens que pudessem contemplar tal critério.
07	06/2016 da Escola de Aprendizizes Marinheiros de SC	SIM	No item nº 68 foi inserida a previsão de aquisição de esponja de fibra vegetal, que também é sustentável.
08	139/2016 do Hospital Universitário	NÃO	-

5.2.1.4 Papéis higiênicos, toalha e guardanapos

São benéficas ao meio ambiente as aquisições de produtos oriundos da madeira, para fins sanitários, tais como, papel higiênico, toalha, guardanapo, lenço, que observam os critérios da rastreabilidade e da origem dos insumos de madeira a partir de fontes de manejo sustentável em conformidade com a norma ABNT NBR 14790:2011 (AGU, 2013; Conselho, 2014).

Papéis higiênicos, toalhas e guardanapos			
Nr	Pregão eletrônico nº	Inserido ?	Modo de inserção
01	01/2016 da Base Aérea de Florianópolis	SIM	Foi contemplada na página nº 31 do edital a previsão da rastreabilidade dos insumos de madeira a partir de fontes de manejo sustentável.
02	17/2015 do Hospital da Guarnição de Florianópolis	NÃO	-
03	09/2015 da Fundação Nacional de Saúde	NÃO	-
04	09/2015 da Universidade Federal de Santa Catarina	Não se aplica	Não foram licitados itens que pudessem contemplar tal critério.
05	01/2016 do Hospital Universitário	Não se aplica	Não foram licitados itens que pudessem contemplar tal critério.
06	32/2016 do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina	NÃO	-
07	06/2016 da Escola de Aprendizes Marinheiros de SC	NÃO	-
08	139/2016 do Hospital Universitário	NÃO	-

5.2.1.5 Produtos saneantes registrados na ANVISA

Sustentáveis são as aquisições de produtos usados na limpeza e conservação de ambientes, também denominados saneantes, tais como álcool, água sanitária, detergentes, ceras, sabões, saponáceos, desinfetantes, inseticidas, que observam os critérios de eficácia e segurança, comprovados pela regularidade (registro ou notificação) junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária -ANVISA (AGU, 2013; Conselho, 2014).

Produtos saneantes registrados na ANVISA			
Nr	Pregão eletrônico nº	Inserido ?	Modo de inserção
01	01/2016 da Base Aérea de Florianópolis	NÃO	-
02	17/2015 do Hospital da Guarnição de Florianópolis	SIM	Foi inserido no item nº 75 (detergente neutro) a característica de registro do produto na ANVISA.
03	09/2015 da Fundação Nacional de Saúde	Não se aplica	Não foram licitados itens que pudessem contemplar tal critério.
04	09/2015 da Universidade Federal de Santa Catarina	NÃO	-
05	01/2016 do Hospital Universitário	Não se aplica	Não foram licitados itens que pudessem contemplar tal critério.
06	32/2016 do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina	Não se aplica	Não foram licitados itens que pudessem contemplar tal critério.
07	06/2016 da Escola de Aprendizizes Marinheiros de SC	SIM	Foi inserido nos itens nº 58 (água sanitária), nº 61 (cera líquida), nº 63 e 64 (desinfetante), nº 65 e 66 (desodorizador), nº 67 (detergente líquido, nº 70 (limpador multiuso), nº 71 (limpa vidros), e nº 72 (lustra móveis), a característica de registro do produto na ANVISA.
08	139/2016 do Hospital Universitário	SIM	Foi inserido nos itens nº 05 (detergente neutro), nº 37 (sabonete líquido), a característica de registro do produto na ANVISA.

5.2.1.6 Produtos comercializados com refil

Assim como os produtos concentrados os materiais que possuem refil de recarga também diminuem a quantidade de plásticos descartados no meio ambiente.

Produtos comercializados com refil			
Nr	Pregão eletrônico nº	Inserido ?	Modo de inserção
01	01/2016 da Base Aérea de Florianópolis	NÃO	-
02	17/2015 do Hospital da Guarnição de Florianópolis	SIM	Foi inserida nos itens nº 20 (dispenser de assento sanitário descartável), e nº 51 (forro descartável para assento sanitário) a característica de produto com refil.
03	09/2015 da Fundação Nacional de Saúde	SIM	Foi inserida nos itens nº 04 (dispenser de álcool em gel), nº 05 (dispenser de sabonete líquido), e nº 07 (dispenser para invólucros de absorvente íntimo) a característica de produto com refil.

Produtos comercializados com refil			
04	09/2015 da Universidade Federal de Santa Catarina	NÃO	-
05	01/2016 do Hospital Universitário	NÃO	-
06	32/2016 do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina	SIM	Foi inserida nos itens nº 01 (dispenser de papel toalha), e nº 02 (dispenser de papel higiênico), a característica de produto com refil.
07	06/2016 da Escola de Aprendizes Marinheiros de SC	NÃO	-
08	139/2016 do Hospital Universitário	NÃO	-

5.2.2 Serviço de limpeza e/ou coleta de resíduos

Nesta classe de materiais foram selecionados 08 (oito) editais de pregão eletrônico referentes a serviço de limpeza e/ou coleta de resíduos. Nesse tipo de aquisição podem ser observados 05 (cinco) critérios sustentáveis na prestação dos serviços conforme abaixo:

5.2.2.1 Preservação da camada de ozônio

Os licitantes devem observar a não utilização de produtos que contenham substâncias agressivas à camada de ozônio na atmosfera, de acordo com a Resolução CONAMA Nº 267, de 14 de setembro de 2000 (AGU, 2013; Conselho, 2014).

Preservação da camada de ozônio			
Nr	Pregão eletrônico nº	Inserido ?	Modo de inserção
01	06/2014 do Comando da 14ª Brigada de Infantaria	NÃO	-
02	59/2014 da Justiça Federal de 1ª Instância	Não se aplica	Trata-se de serviço exclusivo de coleta de resíduos, não se aplica esse item.
03	15/2015 da Justiça Federal de 1ª Instância	Não se aplica	Trata-se de serviço exclusivo de coleta de resíduos, não se aplica esse item.
04	31/2016 da Universidade Federal de Santa Catarina	NÃO	-
05	139/2015 do Tribunal Regional Eleitoral de SC	Não se aplica	Trata-se de serviço exclusivo de coleta de resíduos, não se aplica esse item.
06	04/2015 da Justiça Federal de 1ª Instância	NÃO	-

Preservação da camada de ozônio			
07	58/2016 do Tribunal Regional Eleitoral de SC	Não se aplica	Trata-se de serviço exclusivo de limpeza de pastilhas de fachada, não se aplica esse item.
08	27/2015 do Tribunal Regional Eleitoral de SC	SIM	Conforme página nº 30 do edital os produtos fornecidos não deverão conter substâncias agressivas à camada de ozônio, conforme Resolução CONAMA n. 267/2000.

5.2.2.2 Preservação dos recursos hídricos

Os possíveis fornecedores devem adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada e para a preservação dos recursos hídricos, nos termos da Lei nº 9.433/1997, e da legislação local, considerando a política socioambiental do órgão (AGU, 2013; Conselho, 2014).

Preservação dos recursos hídricos			
Nr	Pregão eletrônico nº	Inserido ?	Modo de inserção
01	06/2014 do Comando da 14ª Brigada de Infantaria	SIM	Na página nº 21 do termo de referência há a previsão de medidas de redução do desperdício de água potável.
02	59/2014 da Justiça Federal de 1ª Instância	NÃO	-
03	15/2015 da Justiça Federal de 1ª Instância	NÃO	-
04	31/2016 da Universidade Federal de Santa Catarina	SIM	Na página nº 32 consta o seguinte termo: “fazer uso racional de água e energia elétrica”.
05	139/2015 do Tribunal Regional Eleitoral de SC	NÃO	-
06	04/2015 da Justiça Federal de 1ª Instância	NÃO	-
07	58/2016 do Tribunal Regional Eleitoral de SC	NÃO	-
08	27/2015 do Tribunal Regional Eleitoral de SC	NÃO	-

5.2.2.3 Capacitação dos funcionários

Os fornecedores devem realizar programa interno de treinamento de seus empregados visando à adoção de práticas para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água, redução de produção de resíduos sólidos e coleta seletiva (AGU, 2013; Conselho, 2014).

Capacitação dos funcionários			
Nr	Pregão eletrônico nº	Inserido ?	Modo de inserção
01	06/2014 do Comando da 14ª Brigada de Infantaria	SIM	Há na página nº 20 a obrigação de treinamento e capacitação dos funcionários.
02	59/2014 da Justiça Federal de 1ª Instância	SIM	Na página nº 33 do edital há a previsão de capacitação e treinamento dos funcionários.
03	15/2015 da Justiça Federal de 1ª Instância	SIM	Na página nº 31 do edital há a previsão de capacitação e treinamento dos funcionários.
04	31/2016 da Universidade Federal de Santa Catarina	SIM	Na página nº 32 consta o seguinte termo: “Elaborar e manter um programa interno de treinamento de seus empregados”.
05	139/2015 do Tribunal Regional Eleitoral de SC	NÃO	-
06	04/2015 da Justiça Federal de 1ª Instância	SIM	Há a previsão na página nº 27 de selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços.
07	58/2016 do Tribunal Regional Eleitoral de SC	NÃO	-
08	27/2015 do Tribunal Regional Eleitoral de SC	SIM	Há a previsão na página nº 51 do edital de treinamentos, capacitações e instruções aos funcionários.

5.2.2.4 Recolhimento de resíduos reciclados

Os licitantes devem proceder ao recolhimento dos resíduos recicláveis descartados, de forma seletiva, bem como de pilhas, baterias e lâmpadas, de acordo com o programa de coleta seletiva do órgão em observância ao Decreto nº 5.940/2006 (AGU, 2013; Conselho, 2014).

Recolhimento de resíduos reciclados			
Nr	Pregão eletrônico nº	Inserido ?	Modo de inserção
01	06/2014 do Comando da 14ª Brigada de Infantaria	SIM	Há a previsão de adoção de boas práticas de redução de geração de resíduos sólidos na página nº 21.

Recolhimento de resíduos reciclados			
02	59/2014 da Justiça Federal de 1ª Instância	SIM	O escopo principal do edital é o recolhimento seletivo dos resíduos.
03	15/2015 da Justiça Federal de 1ª Instância	SIM	O escopo principal do edital é o recolhimento seletivo dos resíduos.
04	31/2016 da Universidade Federal de Santa Catarina	SIM	Há a previsão na página nº 32 do licitante colaborar de forma efetiva no desenvolvimento das atividades do programa interno de separação de resíduos sólidos.
05	139/2015 do Tribunal Regional Eleitoral de SC	SIM	O escopo principal do edital é o recolhimento seletivo dos resíduos.
06	04/2015 da Justiça Federal de 1ª Instância	SIM	Na página nº 32 do edital há a previsão da coleta seletiva dos resíduos.
07	58/2016 do Tribunal Regional Eleitoral de SC	Não se aplica	Trata-se de serviço exclusivo de limpeza de pastilhas de fachada, não se aplica esse item.
08	27/2015 do Tribunal Regional Eleitoral de SC	SIM	Os licitantes devem proceder à coleta seletiva de materiais para reciclagem, conforme página nº 28, do edital.

5.2.2.5 Evitar desperdício de embalagens

Deve-se evitar o desperdício de embalagens e a geração de resíduos sem reaproveitamento.

Evitar desperdício de embalagens			
Nr	Pregão eletrônico nº	Inserido ?	Modo de inserção
01	06/2014 do Comando da 14ª Brigada de Infantaria	SIM	Há na página nº 20 a previsão de redução da geração de resíduos e embalagens.
02	59/2014 da Justiça Federal de 1ª Instância	Não se aplica	Trata-se de serviço exclusivo de coleta de resíduos, não se aplica esse item.
03	15/2015 da Justiça Federal de 1ª Instância	Não se aplica	Trata-se de serviço exclusivo de coleta de resíduos, não se aplica esse item.
04	31/2016 da Universidade Federal de Santa Catarina	SIM	Também há a previsão de utilização de sacos plásticos biodegradáveis para compostáveis, conforme página nº 33 do edital.
05	139/2015 do Tribunal Regional Eleitoral de SC	Não se aplica	Trata-se de serviço exclusivo de coleta de resíduos, não se aplica esse item.
06	04/2015 da Justiça Federal de 1ª Instância	NÃO	-
07	58/2016 do Tribunal Regional Eleitoral de SC	Não se aplica	Trata-se de serviço exclusivo de limpeza de pastilhas de fachada, não se aplica esse item.
08	27/2015 do Tribunal Regional Eleitoral de SC	SIM	O excesso de embalagens que resulta em resíduos sem aproveitamento deverá ser evitado, conforme previsão na página nº 30 do edital.

5.2.3 Materiais de consumo diversos

Nesta classe de materiais foram selecionados 09 (nove) editais de pregão eletrônico referentes a aquisição de materiais de consumo diversos. Nesse tipo de aquisição podem ser observados 05 (cinco) critérios sustentáveis na aquisição dos materiais conforme abaixo:

5.2.3.1 Papel confeccionado com madeira de origem legal

Os licitantes devem fornecer papel confeccionado com madeira de origem legal, com a apresentação do Documento de Origem Florestal (DOF), preferencialmente reciclado. Deverá ser apresentada declaração que ateste o cumprimento da exigência quanto à origem legal da madeira (AGU, 2013; Conselho, 2014).

Papel confeccionado com madeira de origem legal			
Nr	Pregão eletrônico nº	Inserido ?	Modo de inserção
01	06/2015 do Tribunal Regional Eleitoral de SC	SIM	Na página nº 15 do edital foram previstos que os papéis fossem provenientes de florestas 100% plantadas e renováveis.
02	11/2015 da Justiça Federal de 1ª Instância	NÃO	-
03	370/2014 da Universidade Federal de Santa Catarina	SIM	Foram previstas a aquisição de 02 (dois) itens que devem ser possuir certificação da origem da madeira. Foram os itens nº 23 (papel A4 alcalino), e nº 25 (papel A4 reciclado).
04	18/2015 do Tribunal Regional Eleitoral de SC	NÃO	-
05	23/2015 da Base Aérea de Florianópolis	SIM	Há a previsão na página nº 7 do edital da certificação da origem da madeira.
06	01/2016 do Comando da 14ª Brigada de Infantaria	NÃO	-
07	01/2016 do Instituto Nacional de Seguridade Social	SIM	Há a previsão na página nº 55 do edital da certificação da origem da madeira.
08	06/2016 do Instituto Federal de Santa Catarina	NÃO	-
09	06/2016 da Escola de Aprendizes Marinheiros	NÃO	-

5.2.3.2 Itens derivados do papel

Os possíveis fornecedores devem fornecer itens derivados do papel (envelopes, pastas classificadoras, agendas, cartões de visita etc.) preferencialmente reciclados e reutilizáveis (AGU, 2013; Conselho, 2014).

Itens derivados do papel			
Nr	Pregão eletrônico nº	Inserido ?	Modo de inserção
01	06/2015 do Tribunal Regional Eleitoral de SC	Não se aplica	Não foram licitados itens que pudessem contemplar tal critério.
02	11/2015 da Justiça Federal de 1ª Instância	Não se aplica	Não foram licitados itens que pudessem contemplar tal critério.
03	370/2014 da Universidade Federal de Santa Catarina	NÃO	-
04	18/2015 do Tribunal Regional Eleitoral de SC	NÃO	-
05	23/2015 da Base Aérea de Florianópolis	SIM	Há previsão de aquisição com origem em papel reciclado na página nº 5 do termo de referência do edital.
06	01/2016 do Comando da 14ª Brigada de Infantaria	SIM	Há previsão de aquisição com origem em papel reciclado na página nº 35 do termo de referência do edital.
07	01/2016 do Instituto Nacional de Seguridade Social	Não se aplica	Não foram licitados itens que pudessem contemplar tal critério.
08	06/2016 do Instituto Federal de Santa Catarina	NÃO	-
09	06/2016 da Escola de Aprendizes Marinheiros	SIM	Há tal previsão na página nº 22 do edital.

5.2.3.3 Constituição atóxica dos materiais

Os fornecedores devem ofertar itens constituídos em todo ou em parte por materiais reciclados, atóxicos e biodegradáveis (AGU, 2013; Conselho, 2014).

Constituição atóxica dos materiais			
Nr	Pregão eletrônico nº	Inserido ?	Modo de inserção
01	06/2015 do Tribunal Regional Eleitoral de SC	Não se aplica	Não foram licitados itens que pudessem contemplar tal critério.
02	11/2015 da Justiça Federal de 1ª Instância	Não se aplica	Não foram licitados itens que pudessem contemplar tal critério.

Constituição atóxica dos materiais			
03	370/2014 da Universidade Federal de Santa Catarina	SIM	Foram previstas a aquisição de 02 (dois) itens que devem ser atóxicos. Foram os itens nº 02 (borracha branca), e nº 24 (cola tipo bastão).
04	18/2015 do Tribunal Regional Eleitoral de SC	NÃO	-
05	23/2015 da Base Aérea de Florianópolis	SIM	Há tal previsão na página nº 5 do termo de referência do edital.
06	01/2016 do Comando da 14ª Brigada de Infantaria	SIM	Há tal previsão na página nº 35 do termo de referência do edital.
07	01/2016 do Instituto Nacional de Seguridade Social	SIM	Há tal previsão na página nº 55 do edital.
08	06/2016 do Instituto Federal de Santa Catarina	NÃO	-
09	06/2016 da Escola de Aprendizes Marinheiros	SIM	Há tal previsão na página nº 22 do edital.

5.2.3.4 Lápis feitos com material sustentável

Os lápis devem ser fabricados com madeira de origem legal, ou material reciclado (AGU, 2013; Conselho, 2014).

Lápis feitos com material sustentável			
Nr	Pregão eletrônico nº	Inserido ?	Modo de inserção
01	06/2015 do Tribunal Regional Eleitoral de SC	Não se aplica	Não foram licitados itens que pudessem contemplar tal critério.
02	11/2015 da Justiça Federal de 1ª Instância	Não se aplica	Não foram licitados itens que pudessem contemplar tal critério.
03	370/2014 da Universidade Federal de Santa Catarina	SIM	Na página nº 10 do edital está prevista a aquisição de lápis feito com madeira de reflorestamento.
04	18/2015 do Tribunal Regional Eleitoral de SC	Não se aplica	Não foram licitados itens que pudessem contemplar tal critério.
05	23/2015 da Base Aérea de Florianópolis	SIM	Há a previsão na página nº 5 do termo de referência do edital da certificação da origem da madeira.
06	01/2016 do Comando da 14ª Brigada de Infantaria	NÃO	-
07	01/2016 do Instituto Nacional de Seguridade Social	Não se aplica	Não foram licitados itens que pudessem contemplar tal critério.
08	06/2016 do Instituto Federal de Santa Catarina	NÃO	-
09	06/2016 da Escola de Aprendizes Marinheiros	NÃO	-

5.2.3.5 Aquisição de pilhas e baterias

Na aquisição de pilhas e baterias deve-se exigir que nas especificações de baterias chumbo-ácido, e pilhas e baterias níquel-cádmio e óxido de mercúrio, sejam observados os limites máximos desses elementos, conforme o disposto na Resolução nº 401/2008 – CONAMA (AGU, 2013; Conselho, 2014).

Aquisição de pilhas e baterias			
Nr	Pregão eletrônico nº	Inserido ?	Modo de inserção
01	06/2015 do Tribunal Regional Eleitoral de SC	Não se aplica	Não foram licitados itens que pudessem contemplar tal critério.
02	11/2015 da Justiça Federal de 1ª Instância	Não se aplica	Não foram licitados itens que pudessem contemplar tal critério.
03	370/2014 da Universidade Federal de Santa Catarina	Não se aplica	Não foram licitados itens que pudessem contemplar tal critério.
04	18/2015 do Tribunal Regional Eleitoral de SC	Não se aplica	Não foram licitados itens que pudessem contemplar tal critério.
05	23/2015 da Base Aérea de Florianópolis	SIM	Há a previsão na página nº 8 do edital de aquisição de pilhas e baterias que atendam a Resolução CONAMA nº 401/2008.
06	01/2016 do Comando da 14ª Brigada de Infantaria	SIM	Há a previsão de aquisição de materiais que atendam as concentrações máximas de materiais tóxicos na página nº 35 do termo de referência do edital.
07	01/2016 do Instituto Nacional de Seguridade Social	Não se aplica	Não foram licitados itens que pudessem contemplar tal critério.
08	06/2016 do Instituto Federal de Santa Catarina	Não se aplica	Não foram licitados itens que pudessem contemplar tal critério.
09	06/2016 da Escola de Aprendizes Marinheiros	Não se aplica	Não foram licitados itens que pudessem contemplar tal critério.

5.2.4 Gêneros de alimentação

Nesta classe de materiais foram selecionados 08 (oito) editais de pregão eletrônico referentes a aquisição de gêneros de alimentação. Nesse tipo de aquisição podem ser observados 02 (dois) critérios sustentáveis na aquisição dos materiais:

5.2.4.1 Produtos orgânicos

Nas aquisições de café, açúcar, frutas, verduras e alimentos em geral convêm que sejam adquiridos produtos orgânicos (produzidos sem o uso de adubos químicos, defensivos ou agrotóxicos), sempre que disponíveis no mercado. Devem ser observados os critérios da origem e da qualidade do produto (AGU, 2013; Conselho, 2014).

Produtos orgânicos			
Nr	Pregão eletrônico nº	Inserido ?	Modo de inserção
01	62/2015 da Base Aérea de Florianópolis	NÃO	-
02	03/2016 do Comando da 14ª Brigada de Infantaria	NÃO	-
03	10/2016 do Hospital da Guarnição de Florianópolis	NÃO	-
04	11/2016 da Escola de Aprendizes Marinheiros de SC	NÃO	-
05	182/2015 da Universidade Federal de Santa Catarina	SIM	Foi prevista a aquisição de diversos gêneros alimentícios orgânicos.
06	354/2015 da Universidade Federal de Santa Catarina	NÃO	-
07	221/2015 do Hospital Universitário	NÃO	-
08	129/2016 do Hospital Universitário	NÃO	-

5.2.4.2 Fornecedores locais

Sempre que possível os hortifrutigranjeiros devem ser adquiridos de produtores rurais locais a fim de reduzir impactos ambientais com fretes e embalagens de transporte.

Fornecedores locais			
Nr	Pregão eletrônico nº	Inserido ?	Modo de inserção
01	62/2015 da Base Aérea de Florianópolis	NÃO	-
02	03/2016 do Comando da 14ª Brigada de Infantaria	NÃO	-

Fornecedores locais			
03	10/2016 do Hospital da Guarnição de Florianópolis	SIM	Há a previsão de tratamento favorecido ao produtor rural pessoa física, conforme página nº 03 do edital.
04	11/2016 do Escola de Aprendizes Marinheiros de SC	NÃO	-
05	182/2015 da Universidade Federal de Santa Catarina	NÃO	-
06	354/2015 da Universidade Federal de Santa Catarina	NÃO	-
07	221/2015 do Hospital Universitário	NÃO	-
08	129/2016 do Hospital Universitário	NÃO	-

5.2.5 Materiais permanentes (energéticos, eletrônicos e eletrodomésticos)

Nesta classe de materiais foram selecionados 08 (oito) editais de pregão eletrônico referentes a aquisição de materiais permanentes (equipamentos energéticos, eletrônicos e eletrodomésticos). Foram observados 04 (quatro) critérios sustentáveis:

5.2.5.1 Produtos com maior eficiência energética

Para refrigeradores, condicionadores de ar, forno microondas, ventiladores, televisores, lâmpadas e demais produtos aprovados no Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) do Inmetro a comprovação da conformidade com esses critérios dar-se-á pela Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), aposta ao produto e/ou em sua embalagem (AGU, 2013; Conselho, 2014).

Produtos com maior eficiência energética			
Nr	Pregão eletrônico nº	Inserido ?	Modo de inserção
01	05/2016 do Comando da 14ª Brigada de Infantaria	SIM	Na página nº 18 do termo de referência consta a previsão de eficiência energética (Selo categoria “A” Procel)
02	203/2016 do Universidade Federal de Santa Catarina	SIM	Na página nº 20 do termo de referência consta a previsão de eficiência energética (Selo categoria “A” Procel)
03	37/2016 do Tribunal Regional Eleitoral de SC	SIM	Na página nº 16 do termo de referência consta a previsão de eficiência energética (Selo categoria “A” Procel)

Produtos com maior eficiência energética			
04	07/2016 da Base Aérea de Florianópolis	SIM	Na página nº 41 do edital consta a previsão de eficiência energética (Selo Procel).
05	59/2015 do Tribunal Regional Eleitoral de SC	SIM	Na página nº 15 do edital consta a previsão de eficiência energética (Selo Procel).
06	66/2016 do Instituto Federal de Santa Catarina	SIM	No edital consta a previsão de eficiência energética (Selo Procel) em vários itens.
07	155/2015 do Instituto Federal de Santa Catarina	SIM	No edital consta a previsão de eficiência energética (Selo Procel) em vários itens.
08	46/2015 da Universidade Federal de Santa Catarina	SIM	Há a previsão na página nº 29 do edital a previsão de eficiência energética (Selo Procel).

5.2.5.2 Equipamentos de refrigeração

Nas aquisições de refrigeradores, condicionadores de ar e demais equipamentos de refrigeração, devem ser adquiridos produtos que utilizem gases refrigerantes ecológicos, sempre que disponíveis no mercado (AGU, 2013; Conselho, 2014).

Equipamentos de refrigeração			
Nr	Pregão eletrônico nº	Inserido ?	Modo de inserção
01	05/2016 do Comando da 14ª Brigada de Infantaria	NÃO	-
02	203/2016 do Universidade Federal de Santa Catarina	SIM	Consta a previsão de gás refrigerante sustentável no item nº 07 (refrigerador duplex), página nº 21 do edital.
03	37/2016 do Tribunal Regional Eleitoral de SC	NÃO	-
04	07/2016 da Base Aérea de Florianópolis	SIM	Consta a previsão de gás refrigerante sustentável no item nº 112 (condicionador de ar), página nº 27 do edital.
05	59/2015 do Tribunal Regional Eleitoral de SC	NÃO	-
06	66/2016 do Instituto Federal de Santa Catarina	NÃO	-
07	155/2015 do Instituto Federal de Santa Catarina	NÃO	-
08	46/2015 da Universidade Federal de Santa Catarina	SIM	Há a previsão na página nº 29 do edital a utilização de gases que não agredem o meio ambiente.

5.2.5.3 Eletrodomésticos com limite máximo de ruído

Para a aquisição de aparelhos eletrodomésticos que gerem ruído, como liquidificadores e aspiradores de pó, devem ser adquiridos produtos que apresentem nível de potência sonora menor ou igual a 88 decibéis, a ser comprovado pelo selo ruído apostado ao produto e/ou à sua embalagem, conforme Portaria Inmetro nº 430/2012 (AGU, 2013; Conselho, 2014).

Eletrodomésticos com limite máximo de ruído			
Nr	Pregão eletrônico nº	Inserido ?	Modo de inserção
01	05/2016 do Comando da 14ª Brigada de Infantaria	SIM	O item nº 02 (fragmentadora de papel) possui restrição quanto ao nível de ruído.
02	203/2016 do Universidade Federal de Santa Catarina	NÃO	-
03	37/2016 do Tribunal Regional Eleitoral de SC	NÃO	-
04	07/2016 da Base Aérea de Florianópolis	SIM	Os itens nº 03 (aspirador de pó), nº 18, 19 e 20 (condicionador de ar), possuem restrição quanto ao nível de ruído.
05	59/2015 do Tribunal Regional Eleitoral de SC	NÃO	-
06	66/2016 do Instituto Federal de Santa Catarina	SIM	Os itens nº 23 (exaustor), e nº 29 (fragmentadora de papel), possuem restrição quanto ao nível de ruído.
07	155/2015 do Instituto Federal de Santa Catarina	NÃO	-
08	46/2015 da Universidade Federal de Santa Catarina	SIM	O item nº 29 (fragmentadora de papel), possui restrição quanto ao nível de ruído.

5.2.5.4 Substâncias nocivas ao meio ambiente

Eletrodomésticos, equipamentos de informática e telecomunicações e demais produtos eletroeletrônicos não devem conter certas substâncias nocivas ao meio ambiente como mercúrio, chumbo, cromo hexavalente, cádmio, bifenil-polibromados, éteres difenilpolibromados, em concentração acima da recomendada pela diretiva RoHS - *Restriction of Certain Hazardous Substances* (AGU, 2013; Conselho, 2014).

Substâncias nocivas ao meio ambiente			
Nr	Pregão eletrônico nº	Inserido ?	Modo de inserção
01	05/2016 do Comando da 14ª Brigada de Infantaria	SIM	Há a previsão na página nº 23 do termo de referência de limitação de substâncias perigosas.
02	203/2016 do Universidade Federal de Santa Catarina	NÃO	-
03	37/2016 do Tribunal Regional Eleitoral de SC	NÃO	-
04	07/2016 da Base Aérea de Florianópolis	NÃO	-
05	59/2015 do Tribunal Regional Eleitoral de SC	NÃO	-
06	66/2016 do Instituto Federal de Santa Catarina	SIM	Há a previsão no item nº 19 do termo de referência de limitação de substâncias perigosas.
07	155/2015 do Instituto Federal de Santa Catarina	SIM	Há a previsão no item nº 17 do termo de referência de limitação de substâncias perigosas.
08	46/2015 da Universidade Federal de Santa Catarina	SIM	Há previsão na página nº 29 do edital a limitação de substâncias perigosas.

5.2.6 Materiais para manutenção predial (lâmpadas, luminárias e reatores)

Nesta classe de materiais foram selecionados 09 (nove) editais de pregão eletrônico referentes a aquisição de materiais para manutenção predial (lâmpadas, luminárias e reatores). Foram observados 02 (dois) critérios sustentáveis:

5.2.6.1 Aquisição de lâmpadas eficientes

Nas aquisições de lâmpadas, devem ser adquiridos modelos fluorescentes compactos de alta eficiência energética, com Selo Procel de economia de energia, ou tubulares de alto rendimento, e que apresentem o menor teor de mercúrio dentre os disponíveis no mercado indicando os valores mínimos ou máximos na discriminação dos materiais (AGU, 2013; Conselho, 2014).

Aquisição de lâmpadas eficientes			
Nr	Pregão eletrônico nº	Inserido ?	Modo de inserção
01	01/2016 do 63º Batalhão de Infantaria	Não se aplica	Não foram licitados itens que pudessem contemplar tal critério.
02	78/2014 da Justiça Federal de 1ª Instância	Não se aplica	Não foram licitados itens que pudessem contemplar tal critério.

Aquisição de lâmpadas eficientes			
03	39/2015 da Justiça Federal de 1ª Instância	SIM	Na página nº 11 do edital está prevista a aquisição de refletor de LED, mais eficiente.
04	08/2015 do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina	SIM	Nas páginas nº 12 e 13 do edital estão previstas a aquisição de lâmpadas de LED, mais eficientes.
05	53/2015 do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina	Não se aplica	Não foram licitados itens que pudessem contemplar tal critério.
06	13/2015 do Hospital da Guarnição de Florianópolis	SIM	Na página nº 30 do edital está prevista a aquisição de lâmpada de LED, mais eficiente.
07	30/2016 da Universidade Federal de Santa Catarina	SIM	Os itens nº 26, 27, 28, contemplam a aquisição de lâmpadas de LED, mais eficientes.
08	18/2015 da Justiça Federal de 1ª Instância	NÃO	-
09	65/2015 da Justiça Federal de 1ª Instância	SIM	Os itens nº 01, 02, 03, e 04, contemplam a aquisição de lâmpadas de LED, mais eficientes.

5.2.6.2 Recolhimento das lâmpadas inservíveis

Os fabricantes, distribuidores, importadores, comerciantes ou revendedores de lâmpadas fluorescentes são responsáveis pelo recolhimento, pela descontaminação e pela destinação final ambientalmente adequada do produto (AGU, 2013; Conselho, 2014).

Recolhimento de lâmpadas inservíveis			
Nr	Pregão eletrônico nº	Inserido ?	Modo de inserção
01	01/2016 do 63º Batalhão de Infantaria	Não se aplica	Não foram licitados itens que pudessem contemplar tal critério.
02	78/2014 da Justiça Federal de 1ª Instância	Não se aplica	Não foram licitados itens que pudessem contemplar tal critério.
03	39/2015 da Justiça Federal de 1ª Instância	NÃO	-
04	08/2015 do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina	NÃO	-
05	53/2015 do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina	Não se aplica	Não foram licitados itens que pudessem contemplar tal critério.
06	13/2015 do Hospital da Guarnição de Florianópolis	NÃO	-
07	30/2016 da Universidade Federal de Santa Catarina	SIM	Está prevista na página nº 30 do edital a obrigação da prática da logística reversa.
08	18/2015 da Justiça Federal de 1ª Instância	NÃO	-
09	65/2015 da Justiça Federal de 1ª Instância	NÃO	-

5.3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DO FORMATO DE INCLUSÃO DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE DOS EDITAIS COLETADOS

Após a coleta dos dados, foi realizada uma análise dos quesitos quantitativos e qualitativos dos critérios sustentáveis encontrados.

5.3.1 Análise quantitativa dos critérios sustentáveis

Classe de materiais/serviço	Contabilização da inserção ou não dos critérios sustentáveis			Porcentagem de inserção de sustentabilidade
	Sim	Não	Total	
Materiais de limpeza e higiene	12	23	35	34,29%
Serviço de limpeza e/ou coleta de resíduos	19	12	31	61,29%
Materiais de consumo diversos	16	13	29	55,17%
Gêneros de alimentação	02	14	16	12,50%
Materiais permanentes	19	13	32	59,38%
Materiais para manutenção predial (lâmpadas, luminárias e reatores)	06	06	12	50,00%
Total	74	81	155	47,74%

Na análise quantitativa dos 50 (cinquenta) editais selecionados observou-se uma porcentagem de inserção de sustentabilidade no valor de 47,74%. Apesar de tratar-se apenas de uma amostra, verifica-se um percentual baixo de aproveitamento do potencial sustentável, uma vez que não se chega nem a 50% dessa possibilidade.

Dentro das classes de materiais/serviço interessante observar a pequena porcentagem de 12,50% na aquisição de gêneros de alimentação, bem como o baixo valor de 34,29% nos materiais de limpeza e higiene.

As outras classes (serviço de limpeza e/ou coleta de resíduos; materiais de consumo diversos; materiais permanentes; e materiais para manutenção predial) mantiveram uma média de 65,29%.

5.3.2 Análise qualitativa dos critérios sustentáveis

A forma de inserção dos critérios de sustentabilidade foi analisada a fim de verificar qual a maneira mais utilizada nos editais de pregão eletrônico coletados.

Naqueles editais que contemplaram critérios sustentáveis, observou-se que tal formato é livre, não havendo uma forma definida. Grande parcela desses certames licitatórios preferiu utilizar um texto padrão no meio do edital contemplando alguns critérios sustentáveis, de acordo com a Instrução Normativa nº 01/2010 do SLTI/MPOG. Tal formato muitas vezes coincidiu com a seguinte forma:

1. Será dada prioridade para produtos reciclados e recicláveis e para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (artigo 7º, XI, da Lei nº 12.305, de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos), devendo ser observadas, ainda, as Instruções Normativas SLTI/MPOG ns. 01/2010 e 01/2014, bem como os atos normativos editados pelos órgãos de proteção ao meio ambiente.
2. Deverá ser observado o que prescreve o Art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010:
 - a) que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
 - b) que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
 - c) que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
 - d) que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs). (BRASIL, 2010)

O extrato acima constou genericamente em muitos editais verificados, mesmo que os procedimentos não contemplassem aquisições que se enquadrassem nessas orientações. Na realidade induz-se que se trata apenas de um formulário padrão.

Haveria maior eficácia com a inserção individual dos critérios de sustentabilidade na própria descrição do objeto licitado, uma vez que cada um possui sua especificidade. Tal prática foi observada em alguns editais licitatórios, fato que demonstrou uma maior aderência do órgão público à causa da licitação sustentável, além da própria efetividade do atendimento aos quesitos por parte dos fornecedores.

Entre os principais fatores que podem ocasionar esse baixo aproveitamento¹¹ pode ser destacada a resistência por parte dos servidores responsáveis pelas aquisições dos órgãos públicos em adequarem os editais de licitação às novas tendências da sustentabilidade. As principais causas são o receio de impugnações e recursos dos fornecedores no processo licitatório, além da falta de fornecedores sensíveis às demandas ambientais, o que muitas vezes ocasionam lacunas nas pesquisas de mercado, fase preparatória que pode frustrar a licitação.

Outro fator é a enorme pressão por agilidade dos processos licitatórios proveniente do próprio órgão licitante. A licitação sustentável, geralmente, é um processo mais lento, uma vez que exige maior atenção e trabalho nas fases de descrição do objeto, cotação de preços, e análise de amostras do material e/ ou serviço licitados, etc. Tal exigência do órgão acaba desestimulando os servidores a planejarem e executarem as licitações sustentáveis. Em verdade, é um processo que necessita do entendimento de todo o público interno, em uma visão sistêmica do processo, de modo a dar suporte às ações dos servidores responsáveis pelas aquisições. Tal premissa, inclusive, deve ser apoiada principalmente pelos gestores que, não raras as vezes, exercem a pressão pela agilidade da aquisição.

Como último fator pode ser citada a capacitação insipiente proporcionada pelos órgãos aos seus servidores. Apesar do portal de compras sustentáveis, disponível na rede mundial de computadores, ser uma excelente ferramenta de consulta, a capacitação oferecida ainda está aquém da necessidade. A prática licitatória exige preparo e conhecimento dos seus executores, e muitas vezes, por falta de recursos, tempo, ou espaço físico, os servidores acabam tendo que procurar por si mesmos o conhecimento, o que é insatisfatório para o regular desenvolvimento do procedimento licitatório sustentável.

Em síntese, pode-se resumir que o quesito qualitativo dos critérios sustentáveis foi explorado de maneira tímida nos editais de pregão coletados. A maioria preferiu um texto padrão no corpo do edital. Há oportunidade de melhorias, particularmente em um maior detalhamento dos quesitos de sustentabilidade, preferencialmente na própria especificação de cada objeto. Tais opções tornariam a licitação sustentável mais efetiva, uma vez que os licitantes podem observar com clareza os requisitos necessários.

Já existem inclusive manuais editados por alguns órgãos públicos que podem auxiliar nesse processo, como o Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, e o Guia

¹¹Tal percepção de possíveis fatores do baixo aproveitamento de utilização de critérios sustentáveis nas licitações é creditada à experiência profissional do autor, que trabalha há cerca de 10 anos na área de aquisições públicas federais, além das impressões colhidas com os demais atores durante os procedimentos licitatórios.

Prático de Licitações Sustentáveis da Consultoria Jurídica da União – AGU. Eles detalham minuciosamente quais os critérios sustentáveis possíveis de serem exigidos em cada material/serviço. Tais parâmetros, inclusive, serviram como fonte para a análise da amostra coletada neste trabalho.

6 CONCLUSÃO

Constatou-se, no presente trabalho, que os órgãos públicos federais sediados em Florianópolis-SC utilizaram, de maneira tímida, critérios de sustentabilidade ambiental nos seus editais de licitação no biênio 2015/2016.

Verificou-se que a finalidade inicial das licitações, segundo o texto original da Lei n. 8.666/1993, era somente a escolha da proposta mais vantajosa, que geralmente era observada somente pelo critério econômico (menor preço). Entretanto, seguindo a vigência da Lei n. 12.349/2010, que alterou a Lei n. 8.666/1993, e do Decreto n. 7.746/2012, os editais de licitação começaram a promover uma nova finalidade que é o desenvolvimento nacional sustentável, mediante a utilização de critérios sustentáveis.

Observou-se que essa última finalidade agora pode ser conjugada com as finalidades originais da licitação, cabendo uma ponderação de interesses de maneira a harmonizar preço com sustentabilidade. Na realidade a proposta mais vantajosa é a que melhor atende aos objetivos da licitação e ao interesse público, que é a contratação sustentável com o menor preço.

Antes mesmo da edição desse arcabouço jurídico sustentável, já havia um entendimento que as licitações deveriam respeitar o meio ambiente, mediante a observância de princípios ambientais, tudo com o fim de mitigar os impactos ambientais resultantes da aquisição de bens e contratações de serviços. A base para tal entendimento era implícita, sendo alicerçada principalmente em todo o texto da Constituição Federal de 1988, onde a responsabilidade do Estado pela proteção do meio ambiente foi colocada em evidência.

Nesta seara, observou-se na presente pesquisa, que o Estado tem o dever de promover o meio ambiente sustentável, conforme o ordenamento jurídico existente. Tal tendência surgiu inicialmente de um movimento global, liderado pelas Nações Unidas, mediante conferências mundiais de proteção ao meio ambiente e ao clima. O Brasil, alinhado a tais iniciativas, editou a Lei n. 6.938/1981 - Política Nacional do Meio Ambiente, que exige ações governamentais na preservação do equilíbrio ecológico, além da Constituição Federal de 1988 que solidificou o dever do Poder Público em defender e preservar o meio ambiente.

Assim, este trabalho permitiu concluir que ainda que não existisse previsão expressa na Lei nº 8.666/1993, a Administração Pública, desde a instituição da Política Nacional do Meio Ambiente e, mais ainda, após a promulgação da atual Constituição da República, teria o

dever de promover contratações públicas que garantam a fiel observância dos princípios inerentes ao desenvolvimento sustentável.

Outra questão constatada na pesquisa foi que as licitações públicas podem exercer a função de fomentar práticas sustentáveis pelos licitantes. Tendo em vista o poder de compra do Estado, que pode ser calculado em torno de 10% do PIB brasileiro, a Administração Pública, como consumidora de grande escala, pode incentivar a inovação, estimular a competição na indústria, e garantir aos produtores, retorno pelo melhor desempenho ambiental de seus produtos, através da demanda do mercado ou de incentivos concretos.

Aquisições públicas podem ajudar a criar um grande mercado para negócios sustentáveis, aumentando as margens de lucro dos produtores por meio de economias de escala e reduzindo seus riscos.

Verificou-se ainda que esse processo de contratações sustentáveis precisa ser encampado por todos os atores do processo. Apesar de sua grande responsabilidade, não é somente o Governo responsável pelo sucesso das licitações sustentáveis. Os órgãos públicos federais precisam cumprir a nova obrigação legal de inserir critérios de sustentabilidade em suas compras e contratações, enquanto as empresas mais dinâmicas deverão fazer investimentos e se reinventar para atender a essa nova demanda, uma vez que elas são as responsáveis por colocar à disposição do comprador o produto ou serviço que atenda aos critérios de sustentabilidade ambiental.

A importância dos fornecedores é fator de sucesso nessas contratações, inclusive observou-se que o desenvolvimento de novos licitantes que cumpram a finalidade sustentável é essencial para garantir a existência de um mercado competitivo que atenda a requisitos de alto padrão de preservação ambiental.

Materialmente, para constatar a aderência da Administração Pública na questão da contratação sustentável foi realizado um estudo de caso sobre a adoção de critérios de sustentabilidade ambiental por órgãos públicos federais localizados em Florianópolis-SC no biênio 2015/2016.

Como técnica foram utilizadas a coleta e análise qualitativa dos 50 (cinquenta) editais de licitações para a pesquisa. O estudo dos editais consistiu em verificar a especificação de cada material ou serviço constante do termo de referência no que tange respeito à inserção de critérios de sustentabilidade.

Constatou-se na amostra que tal inserção foi realizada de maneira tímida. Quantitativamente correspondeu a apenas 47,74% do potencial que poderia ser explorado,

sendo que qualitativamente a maioria dos critérios foi inserida de maneira genérica nos editais, carecendo de uma individualização na descrição de cada objeto.

Justo dizer que é um tema muito atual que demanda adaptação por todos os envolvidos no processo. O Governo é o indutor dessa nova perspectiva, porém precisa superar os entraves que ainda permeiam a atividade licitatória. Entre os principais fatores do baixo grau de adesão às licitações sustentáveis por parte da Administração Pública podem ser citados o receio de impugnações e recursos no processo licitatório; a enorme pressão por agilidade dos processos de contratações proveniente do próprio órgão licitante; e a capacitação insipiente proporcionada pelos órgãos aos seus servidores.

Os fornecedores também precisam não somente pensar no lucro imediato, mas sim também em investir em inovação sustentável a fim de garantir novas posições no mercado e garantir a continuidade empresarial no longo prazo.

Por fim, observa-se que a licitação sustentável é um processo irreversível, onde seus frutos afetarão as atuais e futuras gerações. O Governo tem enorme responsabilidade na liderança dessa iniciativa, e já vem demonstrando seu comprometimento mediante a edição de instrumentos legais e infralegais. Cabe agora é uma maior exploração do potencial do processo a fim de efetivar a demanda social pelo desenvolvimento nacional sustentável, particularmente mediante as aquisições sustentáveis.

REFERÊNCIAS

AGU - ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO. **Guia prático de licitações sustentáveis da Consultoria Jurídica da União no estado de São Paulo – AGU**, São Paulo, 2013. 112 p.

ALEXANDRINO, Alexandre; PAULO, Vicente. **Direito administrativo descomplicado**. 18. ed. Rio de Janeiro: Método, 2010.

ALVES, Wagner Antonio. **Princípios da precaução e da prevenção no direito ambiental brasileiro**. São Paulo: J. de Oliveira, 2005

AMARAL, Daiane Acosta et al. Licitações Sustentáveis. **Revista científica semana acadêmica**. n. 70, de 23 jul. 2015. Disponível em: <<http://semanaacademica.org.br/artigo/licitacoes-sustentaveis>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Curso de direito administrativo**. 30. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

BARCESSAT, Lena. Papel do estado brasileiro na ordem econômica e na defesa do meio ambiente: necessidade de opção por contratações públicas sustentáveis. In: SANTOS, M.G; BARKI, T. V. P. **Licitações e Contratações Públicas Sustentáveis**. Belo Horizonte: Fórum, 2012, p. 67-80.

BARKI, Teresa Villac Pinheiro. Direito internacional ambiental como fundamento jurídico para as licitações sustentáveis no Brasil. In: SANTOS, M.G; BARKI, T. V. P. **Licitações e Contratações Públicas Sustentáveis**. Belo Horizonte: Fórum, 2012, p. 39-63.

BERTOOGNA, Veridiana. Princípios constitucionais ambientais aplicáveis às licitações sustentáveis. In: SANTOS, Murillo Giordan; BARKI, Teresa Villac Pinheiro (Coord.). **Licitações e contratações públicas sustentáveis**. Belo Horizonte: Fórum, 2015.p. 83-102.

BETIOL, Luciana Stocco et al. **Compra Sustentável: a força do consumo público e empresarial para uma economia verde e inclusiva**. 1. ed. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 2012. Disponível em: <http://www.cetem.gov.br/sustentavel/sustentabilidade/pdf/Compras_Publicas_Sustentaveis/LIVRO_Compra_Sustentavel.pdf>. Acesso em: 15 set. 2016.

BIDERMAN, Rachel; MACEDO, Laura Silvia Valente de; MONZONI, Mario e MAZON, Rubens. **Guia de compras públicas sustentáveis: Uso do poder de compra do governo para a promoção do desenvolvimento sustentável**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2008. 134p.

BITTENCOURT, Sidney. **Licitações sustentáveis: o uso do poder de compra do Estado fomentando o desenvolvimento nacional sustentável**. Belo Horizonte: Del Rey, 2014.

BLIACHERIS, Marcos Weiss. Licitações sustentáveis: política pública. In: SANTOS, Murillo Giordan; BARKI, Teresa Villac Pinheiro (Coord.). **Licitações e contratações públicas sustentáveis**. Belo Horizonte: Fórum, 2015, p. 141-156.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 15 ago. 2016.

_____. Decreto n. 4.339, de 22 de agosto de 2002. Institui princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4339.htm>. Acesso em: 30 ago. 2016.

_____. Decreto n. 5.445, de 12 de maio de 2005. Promulga o Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, aberto a assinaturas na cidade de Quioto, Japão, em 11 de dezembro de 1997, por ocasião da Terceira Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5445.htm>. Acesso em: 12 set. 2016.

_____. Decreto n. 5.450, de 31 de maio de 2005. Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5450.htm>. Acesso em: 20 set. 2016.

_____. Decreto n. 5.940, de 25 de outubro de 2006. Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5940.htm>. Acesso em: 30 ago. 2016.

_____. Decreto n. 7.746, de 05 de junho de 2012. Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela Administração Pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7746.htm>. Acesso em: 30 ago. 2016.

_____. Instrução Normativa n. 01, de 19 de janeiro de 2010. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.comprasnet.gov.br/legislacao/legislacaoDetalhe.asp?ctdCod=295>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

_____. Instrução Normativa n. 02, de 16 de março de 2010. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Dispõe sobre as especificações padrão de bens de Tecnologia da Informação no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.cgti.ufu.br/sites/cgti.ufu.br/files/Portaria-SLTI-02-16Mar2010-Especificacao-Padrao-Bens-TI.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

_____. Instrução Normativa n. 10, de 12 de novembro de 2012. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística

Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.mme.gov.br/documents/10584/1154501/Instruxo-Normativa-10_2012.pdf/228ebf79-20dc-4e74-b019-8cc613338950>. Acesso em: 10 ago. 2016.

_____. Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm>. Acesso em: 10 ago. 2016.

_____. Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938compilada.htm>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____. Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm>. Acesso em: 30 jun. 2016.

_____. Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110520.htm>. Acesso em: 18 set. 2016.

_____. Lei n. 11.105, de 24 de março de 2005. Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111105.htm>. Acesso em: 30 ago. 2016.

_____. Lei n. 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm>. Acesso em: 30 ago. 2016.

_____. Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/12187.htm>. Acesso em: 09 set. 2016.

_____. Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/12305.htm>. Acesso em: 11 ago. 2016.

_____. Lei n. 12.349, de 15 de dezembro de 2010. Altera a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Mpv/495.htm>. Acesso em: 11 ago. 2016.

_____. Medida Provisória n. 495, de 19 de julho de 2010. Altera a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Mpv/495.htm>. Acesso em: 11 ago. 2016.

_____. Tribunal de Contas da União. **Licitações e Contratos**: orientações e jurisprudência do TCU. 4. ed. rev., atual. e ampl. [Sintetiza a orientação básica sobre a matéria, apresenta seus aspectos essenciais e a experiência prática do TCU em seus próprios procedimentos licitatórios]. Brasília: TCU, Secretaria-Geral da Presidência: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2010. Disponível em: <<http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2057620.PDF>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

BURSZTYN, Marcel. **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento – Agenda 21**, Brasília, 1995. 475 p.

CANOTILHO José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato. **Direito constitucional ambiental brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

COELHO, Hamilton Antonio. **Responsabilidade Ambiental na Licitação**: sustentabilidade nas contratações e compras do governo. 187 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Escola Superior Dom Helder Câmara, Belo Horizonte, 2013.

COMPRAS GOVERNAMENTAIS. Desenvolvido pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Disponibiliza serviços de compras governamentais aos licitantes e ao Governo Federal. Disponível em: <<http://www.comprasgovernamentais.gov.br/>>. Acesso em: 15 ago. 16.

COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS. Desenvolvido pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Apresenta arquivos sobre compras públicas sustentáveis. Disponível em: <<http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/>>. Acesso em: 15 set. 16.

COMITÊ ORGANIZADOR DOS JOGOS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS RIO 2016. **Guia da cadeia de suprimentos sustentáveis**, 2014. 37 p.

CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO. **Guia de contratações sustentáveis da Justiça do Trabalho**, Brasília, 2014. 30 p.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva. **Administração pública democrática e supremacia do interesse público**: novo regime jurídico-administrativo e seus princípios constitucionais estruturantes. Curitiba: Juruá, 2015.

_____. **Princípios constitucionais:** razoabilidade, proporcionalidade e argumentação jurídica. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2016.

DERANI, Cristiane. **Direito Ambiental Econômico.** São Paulo: Saraiva, 2008.

FARIAS, Paulo José Leite. Competência federativa e proteção ambiental. Porto Alegre: Safe, 1999.

FERREIRA, Daniel. **A licitação pública no Brasil e sua nova finalidade legal:** a promoção do desenvolvimento nacional sustentável. Belo Horizonte: Del Rey, 2012.

FERREIRA, Daniel. **Função social da licitação pública:** o desenvolvimento nacional sustentável (no e do Brasil, antes e depois da MP nº 495/2010). Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 107, p. 49-64, 2010.

FERREIRA, Maria Augusta Soares de Oliveira. Princípios constitucionais ambientais aplicáveis às licitações sustentáveis. In: SANTOS, Murillo Giordan; BARKI, Teresa Villac Pinheiro (Coord.). **Licitações e contratações públicas sustentáveis.** Belo Horizonte: Fórum, 2015.p. 117-140.

FERREIRA, Reinaldo Martins. **Compras públicas sustentáveis:** um dever público e uma solução econômica para as empresas de reciclagem. Centro de Tecnologia Mineral – CETEM. Disponível em: <http://www.cetem.gov.br/sustentavel/sustentabilidade/pdf/Compras_Publicas_Sustentaveis/compras_publicas.pdf>. Acesso em: 29 set. 2016.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

FORESTI, Loreni Fracasso; SANTOS, Rogério Santanna dos; SANTOS NETO, Ana Maria Vieira dos. **Guia de compras públicas sustentáveis para administração federal.** Disponível em: <<https://www.unila.edu.br/sites/default/files/files/cartilha-compras-sustentaveis.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2016.

FREITAS, Juarez. Licitações e Sustentabilidade: Ponderação obrigatória dos custos e benefícios sociais, ambientais e econômicos. **Revista Interesse Público – IP.** Belo Horizonte: Fórum, ano 13, n. 70, p. 15-35, nov./dez. 2011.

_____. **Sustentabilidade:** direito ao futuro. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

GARCIA, Flávio Amaral; RIBEIRO, Leonardo Coelho. Licitações públicas sustentáveis. **RDA – Revista de Direito Administrativo:** FGV, v. 260, p. 231-254, maio/ago. 2012.

GOMES, Fernando Cleber de Araújo. **O tribunal de contas e a defesa do patrimônio ambiental.** Belo Horizonte: Fórum, 2008.

GUERRA, Sidney. **Direito Internacional Ambiental.** Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2006.

GUIMARÃES, Vanessa de Azevedo; ARAÚJO, Marinella Machado. **Licitação sustentável**. Disponível em: <http://www.fmd.pucminas.br/Virtuajus/2_2010/docentes/LICITACAO_SUSTENTAVEL.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2016.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos**. São Paulo: Dialética, 2012.

_____. **Curso de direito administrativo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

LEITE, José Rubens Morato (Coord.). **Manual de direito ambiental**, 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

_____. Sociedade de risco e estado. In: CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato (Org.). **Direito constitucional ambiental brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MAMEDE, Filipe Regne. Compras verdes: o paradigma da sustentabilidade aplicado às licitações públicas. **Fórum de Contratação e Gestão Pública – FCGP**. Belo Horizonte: Fórum, ano 10, n. 120, p. 60 – 71, 2011.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 39. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

MELLO, Célia Cunha. **O fomento da administração pública**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Direito Administrativo**. 12. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

MENDES, Renato Geraldo. **O processo de contratação pública: fases, etapas e atos**. 1 ed. Curitiba: Zênite, 2012.

MENEGUZZI, Rosa Maria. Conceito de licitação sustentável. In: SANTOS, Murillo Giordan; BARKI, Teresa Villac Pinheiro (Coord.). **Licitações e contratações públicas sustentáveis**. Belo Horizonte: Fórum, 2015.p. 21-42.

MILARÉ, Edis. **Direito do ambiente: a gestão ambiental em foco: doutrina, jurisprudência, glossário**. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MPOG). **Relatório de diretrizes aos planos de gestão de logística sustentável**, Brasília, 2013. 48 p.

NETO, Ana Maria Vieira Santos. **Contratações Públicas Sustentáveis – o uso racional dos recursos públicos**. Disponível em: <<http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/?p=1407>>. Acesso em: 30 jul. 2016.

NIEBUHR, Joel de Menezes. **Crítica à utilização das licitações públicas como instrumento de políticas públicas**. Disponível em: <

<http://www.direitodoestado.com.br/colunistas/joel-de-menezes-niebuhr/critica-a-utilizacao-das-licitacoes-publicas-como-instrumento-de-politicas-publicas>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre mudança do clima**, Nova York, 2002.

_____. **Declaração de Estocolmo sobre o ambiente humano**, Estocolmo, 1972.

_____. **Declaração do Rio sobre desenvolvimento e meio ambiente (Agenda 21)**, Rio de Janeiro, 1992.

_____. **Declaração final da conferência das nações unidas sobre desenvolvimento sustentável**, Rio de Janeiro, 2012.

_____. **Sustentabilidade da cadeia de suprimentos um guia prático para aprimoramento contínuo**, Nova York, 2010.

PAULITSCH, Nicole da Silva; WOLKMER, Maria de Fátima Schumacher. O Estado de Direito Socioambiental e a governança ambiental: ponderações acerca da judicialização das políticas públicas ambientais e da atuação do Poder Judiciário. **Revista NEJ – Eletrônica**. Vol n. 18, n.2, p. 256-258, mai/ago. 2013. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/o_estado_de_direito_socioambiental_e_a_governanca_ambiental_ponderacoes_acerca_da_judicializacao_das_politicas_publicas_ambientais_e_da_atuacao_do_poder_judiciario.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2016.

PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres; DOTTI, Marinês Restelatto. **Políticas públicas nas licitações e contratações administrativas**. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

PIMENTEL, Cleusa; ITANI, Elza; D'AMICO, Valéria. **Curso de licitação sustentável: licitações e contratações sustentáveis**. São Paulo: FUNDAP. Disponível em: <http://www.governoemrede.sp.gov.br/ead/lictsustentavel/saibamais/saibamais_modulo_01.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2016.

PORTAL BRASIL. Apresenta informações sobre as compras públicas do Governo Federal. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2015/03/compras-publicas-movimentam-r-6-03-bilhoes-em-2014>>. Acesso em: 30 nov. 16.

_____. Apresenta informações sobre os acordos globais sobre meio ambiente. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2012/01/acordos-globais>>. Acesso em: 30 nov. 16.

PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS. Apresenta informações sobre as aquisições sustentáveis do Governo Federal. Disponível em: <<http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/contratacoes-publicassustentaveis>>. Acesso em: 30 nov. 16.

PORTAL DE SUPRIMENTOS RIO 2016. Desenvolvido pelo Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos 2016. Apresenta informações sobre compras públicas sustentáveis

por ocasião dos jogos olímpicos e paralímpicos 2016. Disponível em: <<https://portaldesuprimentos.rio2016.com/>>. Acesso em: 15 set. 16.

REQUI, Érica Miranda dos Santos. As contratações públicas como instrumento de fomento ao desenvolvimento sustentável. **Revista Zênite – Informativo de Licitações e Contratos (ILC)**, Curitiba: Zênite, n. 218, p. 378-389, abr. 2012.

RIO 2016. Desenvolvido pelo Comitê dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. Apresenta arquivos sobre compras públicas sustentáveis nos jogos olímpicos e paralímpicos 2016. Disponível em: <<https://www.rio2016.com/sustentabilidade/sustentabilidade/importancia-da-cadeia-de-fornecedores-sustentavel-para-o-rio-2016/>>. Acesso em: 15 set. 16.

SANTOS, Fabrício Vieira dos. A legalidade das compras públicas sustentáveis. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 16, n. 2.774, 04 fev. 2011. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/18421>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

SANTOS, Murillo Giordan; BARKI, Teresa Villac Pinheiro (Coord.). **Licitações e contratações públicas sustentáveis**. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015.

SÃO PAULO, Procuradoria do Estado de São Paulo. **Parecer n. 683/2006**, Proc. Sílvia Helena Nogueira Nascimento. Emitido em 26 de outubro de 2006. Disponível em: <http://www.cqgp.sp.gov.br/gt_licitacoes/noticias/p-683-06_licitacao_sustentavel.pdf>. Acesso em: 02 set. 2016.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Estado socioambiental e direitos fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

SMANIO, Gianpaolo Poggio. **Interesses difusos e coletivos**: estatuto da criança e do adolescente, consumidor, meio ambiente, improbidade administrativa, ação civil pública e inquérito civil. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

SOUTO, Marcos Juruena Villela. **Direito administrativo regulatório**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002.

SOUZA, Lílian Castro de. Política nacional do meio ambiente e licitações sustentáveis. In: SANTOS, Murillo Giordan; BARKI, Teresa Villac Pinheiro (Coord.). **Licitações e contratações públicas sustentáveis**. Belo Horizonte: Fórum, 2015.p. 103-115.

TORRES, Rafael Lopes. Licitações sustentáveis: sua importância e seu amparo constitucional e legal. **Revista do TCU**. Brasília, n. 122, p. 102-119, 2011.